

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ESTUDOS LITERÁRIOS**

O REI ESCORPIÃO: ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO

PORTO VELHO

2017

ELIETE MARIA DE SOUZA

O REI ESCORPIÃO: ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Universidade
Federal de Rondônia para a obtenção do título de Mestre em
Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Rodrigues da Rocha.

Linha de Pesquisa: Literatura, outros Saberes e outras Artes.

PORTO VELHO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S729r Souza, Eliete Maria de.

O rei escorpião: entre a realidade e a ficção / Eliete Maria de Souza. --
Porto Velho, RO, 2017.

75 f. : il.

Orientador(a): Prof. PhD Hélio Rodrigues da Rocha

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Literários) - Fundação
Universidade Federal de Rondônia

1. Amazônia. 2. Lugar da Barra. 3. Espião. 4. Independência do Brasil. I.
Rocha, Hélio Rodrigues da. II. Título.

CDU 82-3

ELIETE MARIA DE SOUZA

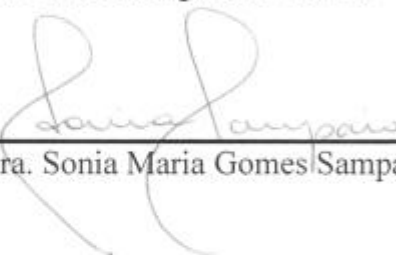
O REI ESCORPIÃO: ENTRE A REALIDADE E A FICÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Universidade
Federal de Rondônia para a obtenção do título de Mestre em
Estudos Literários.

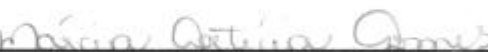
Banca Examinadora



Prof. Dr. Hélio Rodrigues da Rocha – UNIR – (Orientador)



Prof^ª. Dra. Sonia Maria Gomes Sampaio – UNIR – (Membro)



Prof^ª. Dra. Márcia Letícia Gomes – IFRO – (Membro)

PORTO VELHO

2017

*Aos meus pais, em particular a minha mãe
Maria Luiza de Souza, que na sua
sapiência e parodiando Drummond disse:
“Vai Eliete ser professora na vida”.*

*Ao meu avô Cristino Tranquilino de Souza
(in memoriam), por ter me incentivado a
ser uma contadora de histórias ainda na
infância.*

*A todos da minha família que, mesmo
distantes, sempre acreditaram e torceram
pelas minhas proezas acadêmicas.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Rondônia, pela oportunidade da realização desta Dissertação de Mestrado.

Ao Programa de Mestrado Acadêmico em Estudos Literários – MEL.

Ao grupo de pesquisa Literatura, Educação e Cultura: caminhos da alteridade. LECCA.

Ao apoio financeiro da CAPES com a bolsa de incentivo à pesquisa.

A Deus e aos bons espíritos, que me auxiliam na caminhada do cotidiano.

Ao professor orientador Dr. Hélio Rodrigues da Rocha, que orientou de forma apaixonante os passos para a escrita da dissertação.

À professora Dra. Mara Genecy Centeno Nogueira, que me apresentou a obra e incentivou-me a trilhar o caminho da pesquisa, orientando-me e auxiliando nas indagações históricas.

Às coordenadoras do curso de Pedagogia da Faculdade Porto Velho – Mirian Cruz Amaro e Claudelice Alves Pereira Varela –, pelo incentivo, compreensão das ausências e diminuição de carga horária.

As alunas e alunos do curso de Pedagogia da Faculdade Porto Velho, por me proporcionarem alegrias no ato de lecionar: “aquele que ensina também aprende”.

Ao sobrinho Victor Hugo Sousa de Oliveira pela feitura do *abstract*.

Ao “sobrinho” de coração Lucas Martins Gama Khalil pelas correções e contribuições nesta dissertação.

As amigas da vida que sempre me incentivaram nesta jornada acadêmica: Ana Carla de Oliveira e Silva, Gláucia Griger Kaiser, Rita de Cássia Ramalho Rocha, Márcia Rocha Meira, Christiane Gonçalves Garcez Brum, Maria Lúcia Cardoso Gonçalves Brum, Mônica Cristina Ventura Galdino e Andréia Ferreira da Silva.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado busca investigar como os ideais libertários desenvolvidos no espaço dito regionalista, bem como em outras partes do território brasileiro, se integraram no romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* –, de Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004). Visa, assim, retomar e reelaborar algumas abordagens estabelecidas entre o real e o ficcional e compreender, através de fontes documentais, o processo histórico e as lógicas engendradas pelos atores sociais que conduziram o envolvimento do povoado de São José da Barra do Rio Negro em um dos mais questionáveis episódios da historiografia: a Independência do Brasil. *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* tem como ambiente a cidade de Manaus, outrora denominada Lugar da Barra, no período de 1820-1822, onde os sujeitos locais estavam insatisfeitos com a política de D. João VI e lutavam pela independência da coroa portuguesa. Essa insatisfação resultou no assassinato do emissário do rei pelo mestiço de nome Pedro. Após o ocorrido, o Lugar da Barra recebe o espião para encontrar os responsáveis e puni-los. A partir desse episódio, a trama se desenvolve de maneira que as personagens se encontrem para lutar em favor da independência do Brasil. Para tal investigação, a dissertação foi dividida em blocos, perfazendo um total de três. No primeiro bloco tem-se a Amazônia como cenário; no segundo bloco, a apresentação do autor, sua vida na capital do Amazonas e as peripécias que o fizeram escrever tal romance a partir dos prefácios das duas edições; bem como as características do romance histórico. O terceiro concentra-se na análise da narrativa a partir de seus elementos constitutivos e particularmente as ações das personagens principais e as personagens que ousaram na luta pela Independência do Brasil, bem como a voz do narrador. Autores como Quijano (2000), Souza (1977, 1999, 2009), Ugarte (2003), Bakhtin (2003, 2014), Bastos (1992), Lukács (2009, 2011), Ataíde (1974), Reuter (2011), Schüller (1989), entre outros, fundamentam a dissertação.

Palavras-Chave: Amazônia; Lugar da Barra; Espião; Independência do Brasil.

ABSTRACT

This research seeks to investigate how the libertarian ideals, developed in the so-called regionalist space as well as in other parts of the Brazilian territory, are integrated into the novel *O espião do rei – novela dos tempos coloniais*, by Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004). It aims at resuming and remaking some established approaches between the real and the fictional and, through documentary sources, to understand the historical process and the logic engendered by the social characters that led to the involvement of the village of São José da Barra do Rio Negro in one of the most questionable episodes of the historiography: Independence of Brazil. *O espião do rei – novella dos tempos coloniais* has as its setting the city of Manaus, formerly called Lugar da Barra, between 1820-1822, where the locals were dissatisfied with politics of D. João VI's and they fought for the independence from the Portuguese crown. This dissatisfaction led to the murder of the king's emissary by a half-blood named Pedro. After that, Lugar da Barra receives the spy to find out and punish those responsible. From this episode on, the plot develops so that the characters meet to fight for the independence of Brazil. For this investigation, the work was divided in three parts. In the first one, we have the Amazonia as scenario; in the second one, the introduction of the author, his life in the capital of the State of Amazonas and the incidents that made him write such a novel, taken from the prefaces of the two editions, as well as the characteristics of the historical novel. In the third one we will focus on the narrative analysis from its component elements, particularly the actions of the main characters and the voice of the narrator. Authors such as Quijano (2000), Souza (1977, 1999, 2009), Ugarte (2003), Bakhtin (2003, 2014), Bastos (1992), Lukács (2009, 2011), Ataíde (1974), Reuter (2011), Schüller (1989), among others, are used as basis for the research.

Keywords: Amazonia; Lugar da Barra; Spy; Independence of Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Desenho ilustrativo retirado da 1ª edição do romance <i>O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais</i> – de 1950	13
FIGURA 2: Capa das obras: à esquerda a da edição de 1950 e à direita a da edição de 2002	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Bloco I	13
ENTRE ÁGUAS, FLORESTAS, TERRAS E GENTES A AMAZÔNIA SE FEZ	14
1.1 O Novo Velho Mundo.....	15
1.2 A Ilusão do Paraíso: Resistência dos Mura e Manãos.....	17
1.3 De Negro Somente as Águas do Rio: A Formação de São José da Barra.....	25
Bloco II	32
<i>DAS MARGENS DO IPIRANGA AO YPIRANGA DAS MARGENS DO RIO NEGRO:</i> DESFIANDO FIOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA	32
2.1 Mário Ypiranga Monteiro Seguindo as Pistas na História	33
2.2 Para Começo de História.....	34
2.3 Mário Ypiranga Monteiro: o Rebelde Romântico.....	36
2.4 Um Passeio pelos Caminhos da Literatura.....	39
2.4.1 A História e Ficção em Monteiro	42
2.4.2 Ponto de Vista dos Teóricos Acerca do Romance Histórico.....	47
Bloco III	51
E O GRITO SE FEZ ROMANCE: OUTROS FIOS E OUTROS RASTROS	51
3.1 - ... Ainda Seguindo as Pistas de Monteiro	52
3.2 Sobre Criação e Composição da Narrativa.....	52
3.3 Desfiando fios do decolonialismo	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Era uma vez um escritor chamado Mário Ypiranga Monteiro, que vivia numa cidade, no meio de uma floresta. Floresta densa, cheia de árvores entre rios e igarapés. Cidade que era cobiçada por gente de terras muito distantes – em um passado nem tão distante. Gente que chegava pelo rio e por terra para dominar o local. Dominando o espaço, os sujeitos, a cultura por um longo período. Contudo, a pena do escritor não foi dominada. E, para que o local não fosse esquecido, passou a contar uma história de vencedores e vencidos de uma cidade, no meio da floresta, entre árvores, rios e igarapés. Onde os habitantes tinham desejos, sonhos que o tempo não apagou. A essa estória o escritor chamou: *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*.

Vejo-me contando essa história em uma sala de aula, ou em uma roda de leitura, ou em lugares bucólicos onde possamos viajar nas aventuras, no meio de uma floresta densa que o autor criou. Contá-la de forma lúdica como os contos de fadas ou as fábulas. Mas essa estória não é um conto, nem uma fábula. É um romance que será analisado à luz das teorias da academia.

Para tal empreitada, o presente trabalho expõe o caminho da escrita da dissertação intitulada “O rei escorpião: entre a realidade e a ficção”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Este trabalho se enquadra na linha de pesquisa denominada “Literatura, outros Saberes e outras Artes”.

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”. E, literalmente, caminhei, ou melhor, ‘voei’ até o local onde acontece a narrativa de Mário Ypiranga Monteiro, a narrativa denominada *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*. Conhecer, vivenciar, fazer parte do contexto foi uma condição *sine qua non* para iniciar a viagem por meio da escrita: caminhar nas ruas citadas no romance, apreciar o rio que envolve a trama, saborear a linguagem e conhecer a biblioteca com o nome do autor foi uma experiência ímpar.

Ao retornar dessa viagem do tempo e com tempo para compor a escrita, cujo objetivo geral é investigar como os ideais libertários foram desenvolvidos no espaço dito regionalista, bem como em outras partes do território brasileiro, integrados no romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* –, fez-se necessário caminhar,

ou melhor, passear entre teóricos que pudessem auxiliar para alcançar o objetivo desta jornada.

Iniciei este trabalho fazendo-o em *blocos* e não em capítulos, como de praxe. Pois bloco é sinônimo de caderno. Caderno para anotações, listas, tarefas, explicações. Monteiro (2002), na segunda edição da obra antes do capítulo inicial, utiliza o termo bloco e nele o autor explana como a obra está dividida e convida o leitor a fazer a viagem no Lugar da Barra de 1820. Desta forma, farei uso do termo bloco para reverenciá-lo na intenção de desnudar a sua história.

No Bloco I, denominado *Entre águas, florestas, terras e gente a Amazônia se fez*, o caminho percorrido vai desde as narrativas sobre a região – presentes na historiografia –, aos sujeitos do local e à criação e instalação da província São José da Barra do Rio Negro. Percursos norteados pela perspectiva histórica e pelas marcas do escritor inseridas na obra, bem como pelos teóricos Quijano (2000), Souza (1977, 1999, 2009), Ugarte (2003), Meireles (1989), entre outros expostos no bloco.

No Bloco II, *Das margens do Ipiranga ao Ypiranga das margens do rio negro: desfiando fios entre história e literatura*, apresento o escritor Mário Ypiranga Monteiro, sua história de vida e as motivações e/ou inspirações que o levaram a escrever a obra, bem como o resumo da narrativa para explicar o encontro da história e da literatura, uma vez que o romance é marcado pela situação histórica – faz menção à Independência do Brasil (1822) – ou seja, uma obra entre ficção e história; e os diálogos foram com os teóricos Lukács (2011, 2009), Bakhtin (2014), Bastos (2007), Souza (2007), Todorov (1980).

No Bloco III, *E o grito se fez romance: outros fios e outros rastros*, a ênfase está na composição da narrativa, processo de criação, intuição e motivações do escritor em iniciar uma obra e apresento os elementos constitutivos da narrativa, com definições e exemplos na obra em análise, descrevendo as personagens ficcionais e como elas comungam com as personagens históricas para o desfecho da trama; e, por último, uma reflexão acerca do período colonial e a teoria decolonial no contexto da novela. Para auxiliar nas análises, recorreremos a Ataíde (1974), Brait (2006), Reuter (2011), Quijano (2000), Said (1995), Fanon (1983), Spivak (2014), Bonicci (2000).

E, assim, *O Rei escorpião* foi se construindo para alcançar os objetivos estabelecidos no início da pesquisa, que foram o de retomar e reelaborar algumas abordagens estabelecidas entre o real e o ficcional; além de compreender, através de

fontes documentais, o processo histórico e as lógicas engendradas pelos atores sociais que conduziram o envolvimento do povoado de São José da Barra do Rio Negro em um dos mais questionáveis episódios da historiografia amazônica.

Bloco I

ENTRE ÁGUAS, FLORESTAS, TERRAS E GENTES A AMAZÔNIA SE FEZ

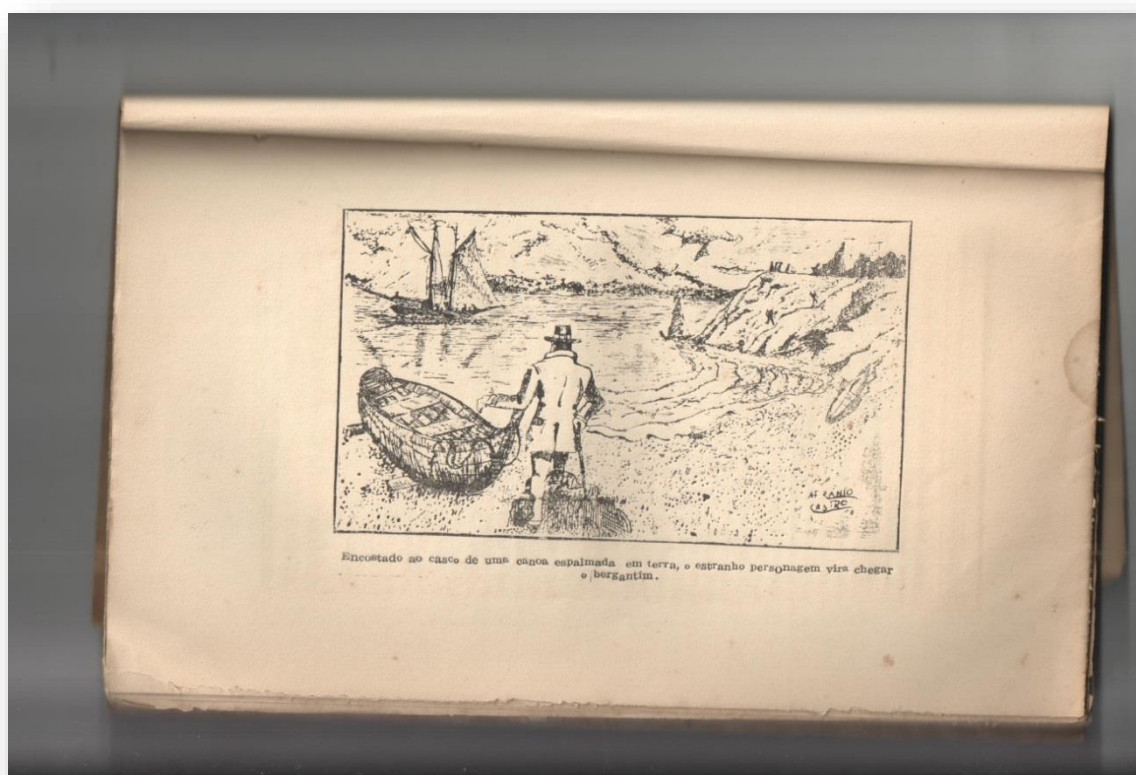


FIG. 1: Ilustração da obra *O Espião do rei* do ano de 1950 com a seguinte circunscrição: “Encostado ao casco de uma canoa espalmada em terra, o estranho personagem vira chegar o bergantim” (MONTEIRO, 1950, s/p).

1.1 O Novo Velho Mundo

Há uma representação da Amazônia construída através de discursos. Os discursos sobre a Amazônia não são construídos sobre a realidade, mas sobre outros discursos sobre a Amazônia, sobre a América, sobre o Novo Mundo e, até mesmo, sobre as Índias. [...] Algumas das expressões que estiveram ligadas ao Novo Mundo, permanecem ainda associadas à Amazônia. Denominações como ‘El dorado’ e ‘paraíso’ foram ressemantizadas, mas ainda remetem a essa porção do território (BUENO, 2008, p. 3).

Antes de iniciar a tessitura deste trabalho fiquei durante algum tempo me perguntando o que falar da Amazônia. Tanto já foi dito, cantado, publicado. Porém, ao levantar referências, selecioná-las e lê-las, pude constatar que há uma infinidade de Amazônia(s) que são construídas, como asseverado na epígrafe, por uma série de discursos que fazem com que ela se torne cada vez mais plural.

Primeiramente, como infere Auxiliomar Silva Ugarte (2003) no artigo denominado *Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI*, a Amazônia se fez gigante através dos primeiros relatos de viagens. Descrivê-la talvez tenha sido o primeiro grande desafio encontrado por Vicente Yáñez Pinzón e Diego Lepe, apontados como os primeiros espanhóis a tomarem contato com as florestas, igapós, lagos, rios, sociedades indígenas que foram gestadas aos europeus a partir de uma série de *corpus* textual desencadeado por vários outros narradores da Amazônia.

Nesse sentido, as diversas amazônias – peruana, boliviana, brasileira, colombiana, venezuelana, guianenses, equatoriana e surinamesa – passaram a ser compostas por vários fios tecidos pelos olhos dos que narravam, assemelhando-se ao que se percebeu com as primeiras narrativas advindas da fase do descobrimento do Novo Mundo, como podemos observar na assertiva abaixo:

[...] ouvir valia mais do que ver, os olhos enxergavam primeiro o que se ouvia dizer; tudo aquilo que se via era filmado pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido (SOUZA, 1986, p. 21-22).

A chegada do europeu à Amazônia brasileira não foi diferente. O narrar era realizado por lentes que se detinham a filtrar o exótico, suas vastas florestas, seus animais, tipos e costumes, dando a entender, por vezes, que os visitantes estavam

querendo perceber se ali se podia experienciar o paraíso ou se esse não passava de mera ilusão. A Amazônia se tornava, nos relatos de viagens, um grande enigma a ser decifrado e conquistado pelo europeu. Fazê-la paraíso ou ilusão dependeria da forma como se daria o processo de exploração e, como já sabemos, a cobiça foi a grande erva daninha que desrespeitou cultura, mitos e lendas, floresta, povos e rios para se tornar um reflexo do Velho Mundo e traduzir-se em mais um capítulo da história do colonialismo europeu.

A viagem foi depois um desfile de imprevistos e de novidades, de mensagens de mistérios que de longe se desenhavam naquele mundo de florestas envolvidas pelas águas – ajudando às vezes a revigorar, na imaginação dos rudes aventureiros do Peru, a crença nas impressionantes lendas do El-dorado. Em uma das aldeias em que foram bem acolhidos – onde havia mosquitos que atormentavam dia e noite – apareceram para falar com Orellana “quatro índios, tendo altura um palmo a mais que o mais alto cristão. Eram muito brancos, de cabelos bastos que lhe chegavam até a cintura, com roupa e jóias de ouro, e trazendo muita comida” [...] [...] Na embocadura do Jamundá começava “a boa terra e senhorio do Amazonas”, as mulheres lendárias que Carvajal afirma que viu combatendo como capitãs à frente dos homens. “estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrundas e andam nuas em pelo, tapadas as vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos” (BRUNO, 1966, p. 25-27).

A Amazônia foi sendo inventada, assim, por meio do imaginário europeu, exposta através das literaturas de viagens, tendo como pano de fundo os mitos clássicos que serviram de embrião para a criação da lenda do *El-dorado* e como roupagem para a criação das mulheres guerreiras descritas por Carvajal. Tais enunciados discursivos serviram de relevo para a exploração do rio Amazonas e para forjar a ideia de paraíso (GONDIM, 2007).

Nesse sentido, gostaria, não de ficar reproduzindo nessa primeira parte do primeiro bloco aquilo que comumente estamos acostumados a ler, mas sim tentar abrir outra via explicativa ancorada nos estudos decoloniais, visando ao entendimento desse processo de invenção da Amazônia em um contexto que extrapole, como diz Quijano (2000), qualquer tipo de dominação que se justifique através dos conceitos preconizados nas teorias coloniais.

Muito mais do que perceber, faz-se mister reconhecer que existiam sociedades diferentes e com formas organizacionais diferentes da dos europeus. Escavar a história de tais grupos, os ditos ameríndios, é possibilitar, como ressalta Novaes (1999),

entendermos “a outra margem do Ocidente”, é permitir que se abra a caixinha da Pandora amazônica e que ultrapassemos a ideia de que não podemos interpretar as sociedades indígenas da fase pré e pós cabralina pelo simples fato de essas comunidades não possuírem sistema de escrita, escrita nos moldes do Velho Mundo, porque os indígenas escreviam em seus corpos, em seus artefatos culturais. Há muito a História deixou de ser vista como via de mão única; assim, investigar a trajetória das minorias ou dos vencidos também se tornou o motor dessa ciência.

Torna-se fundamental, em uma proposta decolonial, reforçar que para se entender a Amazônia brasileira e as demais é imprescindível escavar os vestígios materiais e imateriais que nos levam a uma série de elementos que permitem compreender tais sociedades em termos políticos, sociais, econômicos e religiosos, pois somente assim podemos desconstruir a visão homogênea e lacunar desencadeada pelo colonizador e demonstrar o tipo de experiência vivenciada pelos indígenas no período colonial.

Dito isso, posso inferir que a Amazônia brasileira, sobretudo a Ocidental, que é a que faz parte do meu recorte, foi moldada pelo europeu como parte de um jogo político e econômico que precisava dominar, explorar e classificar o diferente e suas diferenças. Por outro lado, havia sociedades indígenas que compreenderam o jogo de espelho que o colonizador tentava empregar e rapidamente implementaram resistências, algumas vezes veladas e outras declaradas com o intuito de liberdade.

Será transitando entre esse novo mundo, que se encobria de valores transplantados do velho mundo, que esse bloco se faz verbo.

Isto posto, dialogamos com vários teóricos para o desenvolvimento deste bloco: Quijano (2000,2010), Souza (1977, 1999, 2009), Ugarte (2003), Meireles (1989), entre outros.

1.2 A Ilusão do Paraíso: Resistência dos Mura e Manáos

Mais tarde, realmente comecei a crescer e a pensar direito, mas continuei a me perguntar: “O que os brancos vêm fazer aqui? Por que abrem caminhos em nossa floresta? O mais velhos me respondiam: “Eles vêm sem dúvida visitar nossa terra para habitar aqui conosco mais tarde!”. Mas eles não compreendiam nada da língua dos brancos; foi por isso que os deixaram penetrar em suas terras de maneira amistosa. Se tivessem

compreendido suas palavras, acho que os teriam expulsado (YANOMAMI, 1999, p. 17).

O trecho narrado na epígrafe por Davi Yanomami é atual e, sem querer cometer anacronismo, posso dizer que poderia muito bem corresponder a um recorte de um indígena da fase da chegada do europeu ao território que viria a se chamar Brasil. Porém, quando se lê a História das sociedades indígenas de forma microscópica, conseguimos ampliar trajetórias que quebram discursos, há muito cristalizados, sobre comunidades indígenas e que não demonstraram passividade diante do processo colonizador.

Márcio Souza (2009) nos revela que a colonização da Amazônia correspondeu a um dos cenários da economia colonial proposta, sobretudo por portugueses e espanhóis. No entanto, cabe aqui inferir que para a construção de tal cenário houve necessidade de se alterar estratégias, principalmente para aquisição de mão de obra escrava e para proteção de fronteiras.

Durante muito tempo, o território que passou a ser denominado de Amazônia Ocidental foi explorado por vários povos; no entanto, o litígio maior se deu entre espanhóis e portugueses pela posse da terra. Cada um implantou características distintas para o processo de colonização, que podia ser traduzido como de exploração. Quem melhor explorasse conheceria bem mais o território em disputa. E, nesse sentido, Portugal logrou mais êxito, pois, aproveitando-se da chamada União Ibérica (1580-1640), ou seja, fase em que as duas coroas foram unificadas nas mãos do rei espanhol Felipe II, portugueses se valeram da situação para ampliar o território brasileiro para além do Tratado de Tordesilhas, expandindo-o para a Amazônia.

Entre 1600 a 1630, os portugueses consolidaram o seu total domínio da boca do rio Amazonas. Avançaram para o Norte, sob a desconfiança dos espanhóis, e atravessaram a linha do Tratado de Tordesilhas. Com a fundação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém (1616), os portugueses violaram deliberadamente o tratado e se aproveitaram do fato de Portugal estar sob o domínio espanhol (SOUZA, 1999, p. 128).

A partir daí o que se percebe é uma série de ações por parte dos portugueses para se consolidarem no território. Todavia, é importante ressaltar que a implantação do processo de colonização não foi tão simples. Para que ele fosse consolidado havia necessidade de contribuição das sociedades indígenas, mas essas, por sua vez, nem sempre se deixaram dominar e, ao resistirem, marcaram experiências coloniais distintas.

Nesse sentido, os trabalhos de Meireles (1989) e Farage (1991) demonstram como se deram os processos de ocupação portuguesa e espanhola na Amazônia Ocidental e como os indígenas foram usados por tais coroas. A primeira autora apresenta que uma boa parte das comunidades indígenas do Vale do Guaporé foram inicialmente aldeadas nas missões e utilizadas como mão de obra no trabalho de aquisição de drogas do sertão e, posteriormente, foram usadas como elementos de defesa de disputas territoriais na condição de súditos da coroa e, fatalmente, guardiães naturais da fronteira. A segunda autora trabalha com sociedades indígenas do Vale do Rio Branco, hoje Roraima, e destaca, em seu trabalho, que durante as formações das fronteiras da Amazônia Ocidental, tais sujeitos tornaram-se vassalos da coroa portuguesa e, conseqüentemente, verdadeiras muralhas do sertão.

[...] a conquista do índio e a sua transformação em vassalo fez com que os lusitanos vissem nos povos indígenas da margem esquerda do Guaporé, súditos e tributários do rei de Castela; e vice versa. Esta concepção refletia as inúmeras contradições que envolviam a visão índio: os portugueses estimularam o traslado de grupos inteiros para a margem direita. Nesse caso, havia não somente o desejo de povoar o território lusitano, mas a sua consequência: o de esvaziar o território espanhol, tornando-o mais vulnerável. O deslocamento desses índios diminuiria, portanto, os súditos de um rei para aumentar os de outro. O índio como guardião natural da fronteira é, sem dúvida, a visão que melhor caracteriza a mentalidade da elite do Guaporé setecentista. (MEIRELES, 1989, p. 149).

No entanto, nem todas as sociedades indígenas se submeteram à trama enredada pelas coroas espanholas e portuguesas e não se deixaram aprisionar pelos discursos como querendo dizer que estavam atentas para a distância que se produzia entre o dizer e o sentido que ele produzia.

Os exemplos das sociedades indígenas que se rebelaram contra os colonizadores nos chegam através dos estudos de Souza (2009) ao apresentar a trajetória dos povos Mura e Manáos. Sobre os primeiros, relata que habitavam há pouco tempo o rio Madeira, eram bons remadores, o que caracterizava a capacidade de deslocamento do grupo. O escritor nos revela que os Mura não tinham problemas com os portugueses, porém, uma trama os fez hostilizarem os colonizadores.

[...] Por volta de 1720, o padre João Sampaio, missionário jesuíta, conseguiu aproximar de uma maloca Mura e convenceu os índios a deixarem a floresta e virem morar na missão de Santo Antônio, na

boca do Madeira. Padre Sampaio prometeu ferramentas, roupas e alimentos, se eles embarcassem imediatamente.

Os Mura começaram os preparativos para a mudança, quando apareceu um colono português que, se dizendo emissário do padre Sampaio, convenceu os índios a embarcarem num bergantim, aprisionando-os e seguindo para Belém, onde os vendeu como escravos (SOUZA, 2009, p. 138-140).

Verificou-se, a partir daí, uma série de combates entre o povo Mura e os portugueses, dando-me, historicamente falando, elementos para desnaturalizar as versões consagradas da historiografia amazônica. Tal sociedade combateu os invasores por mais de cinquenta anos e aprendeu que a arma de fogo utilizada pelo europeu estava longe de simbolizar deuses e, sim, que essa significava sua destruição. Aprenderam a criar estratégias de combate e utilizaram como cenário principal a própria floresta da região que ocupavam e eram conhecedores. Tendo a floresta do Delta dos Autazes, situada entre Rios Solimões, Amazonas, Madeira e o Purus, como aliada, eles se tornaram imbatíveis (SOUZA, 2009).

O povo Mura, com toda a sua movimentação pelo território amazônico, ajude-me, também, a desconstruir a ideia colonizadora de comunidades indígenas fixas. Os movimentos diaspóricos se fazem presentes nas narrativas desenvolvidas pela referida sociedade até os dias atuais, como atesta a citação abaixo.

A Aldeia Murutinga como a aldeia Trincheira, entre outras, não “começou” ali onde elas se encontram. De fato, para os Mura as aldeias sempre “começam” ou “vieram” de algum lugar, todas elas tem um início no sentido de posições marcadas no espaço, mas num sentido de que elas são móveis, constituindo-se na transitoriedade. Em consequência, os Mura costumam dizer “esta aldeia não começou aqui” e isto é verdade para todas as Aldeias Mura que tenho conhecimento. Por conseguinte, não estão estáticas no espaço e não podem ser estaticamente descritas, mais do que isto precisam ser incorporadas em uma sequência temporal de eventos e dentro da própria história do campo representacional, ou seja, a partir dos grupos em tela e de suas trajetórias e histórias de deslocamentos.

A impressão de que as aldeias “andam” ou estão em movimento nas narrativas Mura é constante, a retórica de que estes lugares estão em fluxo faz com que nós os concebamos em movimento. Ironicamente as aldeias podem “ter vindo” não apenas de um lugar, mas de vários, conforme o grupo a que estamos nos reportando. Ou seja, os grupos são formadores de lugares e se fundem a partir do que chamo de encontro, num espaço que nunca é visto como bastando nele mesmo, isto é, o espaço não é uno nem único (PEREIRA, 2009, p. 48).

A trajetória dos Mura contribui para a percepção de que falar da(s) Amazônia(s) é enveredar por caminhos escorregadios que precisam ser estudados tendo como ponto

de partida que as populações indígenas não compuseram na região amazônica um teatro sem palavras. Pelo contrário, fizeram parte de uma trama vinculada ao projeto de expansão do sistema colonial que promoveu alterações, mas não sem resistência dos povos indígenas. Lê-los e transcrever suas trajetórias ajuda a garantir voz àqueles que a história ainda insiste em deixar como meros espectadores.

Da pesquisa desenvolvida por Oliveira (1983), Reis (1998) e Souza (1987; 2009) extraímos a trajetória de outra sociedade indígena que subverteu a ordem estabelecida no roteiro colonizador. Tal sociedade é a Manáos, que se fez conhecer pela força de seu líder Ajuricaba. A trajetória desse grupo é de suma importância para a pesquisa em tela, tendo em vista que será através da trajetória de seu líder que se funda, simbolicamente, a cidade que viria ser denominada Manaus e onde se desencadeia a trama de homens e mulheres narrados no romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*, objeto deste trabalho.

Souza (1987; 2009) ressalta que os Mura fizeram uma história que foi seguida por outros grupos indígenas, dentre eles os Manáos, que habitavam o rio Negro junto com várias outras sociedades culturalmente avançadas. Foi nesse espaço que se fez conhecer a figura do tuxaua Ajuricaba, que na língua nativa significava “reunião de marimbondo” e que amedrontou muitos europeus.

No romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*, os Manáos são apresentados no período próximo a 1822, ano da emancipação política do Brasil, como temidos, apesar de já garantir sinais de dominação por parte dos colonizadores. A passagem é descrita no momento em que a personagem Pedro, a mando do senhor do Carmo, assassina o emissário do rei tendo por testemunha o próprio senhor do Carmo e o Cadete.

Forte sentimento de insegurança instalou-se no ânimo dos três homens, pois que, não muito longe dali existia uma sinúsia de índios Manau comprometidos com várias profissões, pesca, coleta de barro para a oleria, corte de cipós para tessitura de urus, uma reduzida área de cultivo de mandioca, e aquelas outras pequenas amostras do espírito inventivo dos naturais, do tipo de fabricação de artefatos de cozinha, vasilhas utilitárias e adornativas. Uma nuvem de fumaça azulada denunciava a queimada um pouco mais para esquerda, na ponta da praia do cambão, pois o terreno ali fazia uma curva reentrante, denunciando o projeto de ria¹, em pequena escala (MONTEIRO, 2002, p.36).

¹ Segundo o Dicionário Houaiss ‘RIA’ significa canal ou braço de mar, que ger. se presta à navegação.

Sobre a trajetória do líder dos Manáos há uma série de versões. Para Souza (2009), por exemplo, Ajuricaba não se indispôs, inicialmente, com os colonizadores, pelo contrário, foi amistoso e desenvolveu o jogo da diplomacia, primeiramente ao chamar as diversas sociedades ao diálogo e desenvolver uma confederação tribal como forma de defesa. O líder indígena sabia que lutar contra os colonizadores sozinhos era decretar sentença de morte; assim, unidos, a chance de vencer era maior.

Outra estratégia apontada pelo escritor amazonense sobre Ajuricaba encontra-se na capacidade de distinguir cada grupo de invasores – holandeses, espanhóis, ingleses, franceses e portugueses – cada um desenvolvia um tipo de abordagem diferente. Os portugueses eram considerados os mais violentos e para atacá-los Ajuricaba sabia que teria que guerrear de igual para igual. Assim, negociou armas com os holandeses, conseguiu munição com os ingleses, estratégias de guerra com os franceses e, dessa maneira, os indígenas pertencentes à confederação tribal foram se capacitando para combater (SOUZA, 2009).

Oliveira (1983) e Reis (1998) afirmam que as primeiras tentativas de contato entre indígenas e colonizadores foram sangrentas, sobretudo com os portugueses. Ressaltam que os portugueses, sob a liderança dos capitães Belchior Mendes de Moraes e João Paes do Amaral, utilizando-se do discurso de guerra justa, armaram-se contra os indígenas já então confederados e partiram para guerra, que durou aproximadamente quatro anos (1723-1727), ou seja, até a morte de Ajuricaba.

Nesse contexto, várias lendas foram criadas em torno de Ajuricaba. Como diz Reis (1998), os relatos oficiais silenciaram, sobretudo, os momentos da prisão de Ajuricaba até desaparecer nas águas do rio Negro, conforme apresentado por Oliveira (1983).

A prisão foi efetuada facilmente? A parte oficial guarda silêncio nesse particular. A lenda informa que houve choque violento. De parte a parte, muito heroísmo. Os portugueses, a certa altura, depois de batidos em quatro investidas, já principiavam a desanimar quando alguns soldados, completando o cerco, atacaram Ajuricaba pela retaguarda, conseguindo vencê-lo. Adianta a lenda que nessa ocasião Ajuricaba, perdendo o filho, tão bravo quanto ele, o jovem Cucunaca, lançou-se entre os inimigos. Infringiu-lhes várias perdas, sendo afinal cercado e posto a ferros. (REIS, 1998, p. 98)

[...] Apesar de estar agrilhado, ao ser conduzido para Belém, quando passou pelo Lugar da Barra, hoje Manaus, ele atirou-se às águas do rio Negro, morrendo afogado, num gesto simbólico de quem não queria jamais se render aos invasores de seus semelhantes. Antes de atirar-se

às águas, Ajuricaba ainda sublevou os índios prisioneiros que vinham com ele na embarcação, para dela se apoderarem, pondo em perigo a tropa que os transportava (OLIVEIRA, 1983, p. 201).

Como diz Quijano (2010), dentro de cada homogeneidade histórica encontram-se categorias que se articulam e se diferenciam, chamando a atenção com isso para a necessidade de o pesquisador se voltar para a investigação da heterogeneidade histórica embutida nas relações. Assim, o relato em torno desses dois grupos indígenas é importante, pois denota essa heterogeneidade defendida pelo referido teórico, ao demonstrar que as conquistas relatadas pelos europeus e que resultou no dizer de Souza (1999) em “Crônicas de Maravilhas” nada mais foram do que um palco de muitas lutas que de experiências coloniais diferenciadas e que precisam ser lidas, relidas e analisadas pela perspectiva do aprendizado com o outro e não somente sobre o outro.

Nesse sentido, a resistência implementada tanto pelos Mura quanto pelos Manáos e por outros grupos indígenas que se rebelaram ajuda-nos a compreender a formação da vila de São José da Barra do Rio Negro e as vozes subalternas que ousaram criar eco através do romance de Mario Ypiranga Monteiro, vozes essas não advindas de representantes indígenas, pois praticamente não são apresentadas no referido romance. A exceção fica por parte de Pedro, o leproso que era um mestiço de índio, como define Monteiro (2002). Mas Pedro, ao contrário de seus antepassados, não teve o mesmo ímpeto de luta contra os invasores; participou de forma direta assassinando o emissário do rei e contribuindo de forma indireta para o sucesso da luta a favor da independência do Brasil, assunto histórico do romance.

Pedro é descrito como solitário, pois “[...] não possuía um só amigo, e quando a noite descia sobre o povoado da Barra, era-lhe permitido deixar sua oca. Para ali vivia retirado já há alguns anos [...]” (MONTEIRO, 2002, p.75). Vivia completamente segregado, uma vez que recebia a alcunha de leproso pelas escaras pardas que proliferavam no corpo; porém, não era lepra e sim outro mal que produzia características próximas da referida doença.

Na única vez que saiu à luz do dia para visitar a mãe que estava doente tornou-se presa fácil da população, que atirava pedras e tentava expulsá-lo da localidade. Logo foi preso e levado ao pelourinho para ser açoitado na frente de vários espectadores.

[...] Quando o suplício terminou, e foi abandonado a escorrer sangue, diante dos assistentes inflamados de ira, que o ameaçavam e riam dos seus sofrimentos, caído como um farrapo junto ao poste da infâmia,

sem força para ergue-se, aquele senhor alto que passava condescendeu em erguê-lo, condoído de sua miséria física e moral. Era um nobre? De qualquer modo era um desconhecido para o burgo podre [...] Mandou que o escravo acompanhante levasse-o. E fazendo do pelourinho tribuna, praticou uma arenga com duas intenções, uma prédica sobre os deveres do amor ao próximo, invocando os belos exemplos de mártir do Gólgota ao levantar o leproso do túmulo; e um segundo raso onde os ouvintes começaram a tomar contato com certas palavras jamais ouvidas em níveis de sermões religiosos e/ou de conversas de letrados. Essas palavras serviam de temas para reflexões, e o poviléu não esqueceu o que significavam “liberdade”, “independência”, “absolutismo” e sobretudo “despotismo” (MONTEIRO, 2002, p.76).

Após esse episódio, Pedro passou a acompanhar aquele homem como seu fiel escudeiro. Tal homem era o senhor do Carmo, que atuava contra a política absolutista de D. João e defendia a emancipação política da colônia.

É importante frisar que Monteiro (2002) não garante fala ao mestiço, o que pode levar o leitor desatento a pensar que o silenciamento dado à personagem em questão corrobora para entronizar ainda mais as ideias difundidas, sobretudo por etnógrafos até o final do século XIX e início do XX, que afirmavam que os indígenas não tinham história, uma vez que pertenciam às chamadas sociedades ágrafas (CASTRO; CUNHA, 1993); bem como pode levar esse mesmo leitor a conceber o romance recheado de muitos interditos vistos e praticados – por muitos estudiosos da história da Amazônia – em que coloca o único personagem indígena na condição de subalterno, segregado, doente e assassino do emissário do rei.

Porém, ao ampliarmos as lentes, podemos dizer que o segregamento dado à personagem pode ser entendido, também, como uma forma de resistência dentro do esquema de dominação. Pedro, o leproso, não ganhou voz, mas, como seus antepassados, desenvolveu ações que auxiliaram os simpatizantes da independência a desenvolver estratégias. Uma das ações foi quando a carta encaminhada pelo Rei português ao intendente da Barra foi interceptada por ele, situação que culminou com a morte do emissário. Essa ação – a carta enviada – pode revelar a verdadeira intenção do monarca em conter o avanço dos rebeldes em prol do processo de emancipação política do país naquelas paragens.

Tal personagem se faz ainda importante, pois é por meio de seus sofrimentos que novas vozes ou novos enunciados são proferidos na Vila, como os pronunciados pelo senhor do Carmo logo após as chicotadas recebidas por Pedro no pelourinho e as do padre.

[...] Foi por causa desse triste incidente que o pároco da ermida da Conceição, em revide, brindou seus paroquianos com outros tipos de imagens icônicas que saíam do seu aranzel na forma de Suas Majestades Católicas, Realeza, Nobreza, aquele bando de parasitos que viviam comendo e bebendo à custa da miserável vida dos brasileiros (MONTEIRO, 2002, p.76-77).

Destacamos ainda que não foi somente Pedro, o leproso, que mereceu lugar de destaque na obra de Monteiro (2002), pois outros sujeitos se rebelaram, fazendo eclodir as lutas pela Independência do Brasil na Barra de São José do Rio Negro. Tais personagens foram os negros e alguns brancos, como abordaremos no terceiro bloco deste trabalho.

1.3 De Negro Somente as Águas do Rio: A formação de São José da Barra

[...] é inútil determinar se Zanóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados (CALVINO, 1990, p. 36-37).

A formação de São José da Barra pode ser considerada, conforme sugere uma das opções apresentadas por Calvino, como dentre aquelas que foram se metamorfoseando ao longo de sua trajetória histórica até se tornar a cidade de Manaus.

Essa trajetória corresponde à mescla de formação espacial que reúne elementos tanto de formação indígena como de formação europeia. No livro *Viagem ao Brasil – 1865-1866*, o casal Elisabeth e Louis Agassiz relata que as cidades da/na Amazônia brasileira foram formadas às margens dos rios em virtude desses rios conduzirem a vida do homem amazônico. Eles afirmam que as cabanas de palhas correspondiam ao tipo de arquitetura peculiar, no trecho entre Belém e Manaus, e pareciam querer demonstrar a herança indígena. Porém, há outros tipos de arquiteturas que se apresentavam e que denotavam os poderes, sobretudo, civil e religioso. Essa dualidade significava o jogo de espacialidade que demonstrava resistência e ao mesmo tempo tentativa de hegemonia por parte dos colonizadores.

As cidades das ribeiras foram se formando estrategicamente às margens dos rios. Primeiramente, na condição de aglomerados, pela necessidade de água e de alimentos por parte, sobretudo, dos povos nativos da área de várzeas e, posteriormente, por parte

do colonizador e já na condição de vilas e cidades, visando à diminuição de tempo para embarque e desembarque de mercadorias. Nessa relação, o rio passa a ter outra concepção, ou seja, deixa de ser a base de sustentáculo da vida do homem amazônico, para ser aos olhos do colonizador o corredor de mercadorias extraídas da Amazônia além de corresponder à ideia de cidade.

De forma diversa, nas colônias da América Portuguesa, o conceito de cidade vinculava-se, ainda, nos séculos XVII e XVIII, à questão de estratégia de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como lugar de apoio logístico, com ênfase na apropriação e expropriação de riquezas (VICENTINI, p. 62, 2004).

Loureiro (1978) apresenta o território do Amazonas em 1751 possuindo menos de cinquenta aldeias e com cem mil habitantes. O número de habitantes, somado à necessidade de garantir a soberania portuguesa naqueles rincões, fez com que surgisse a solicitação do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Mendonça Furtado, ao rei português para criação de uma Capitania. Assim, em 1755, o rei D. José I criou a Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao Grão Pará.

[...] a instalação do novo governo não se efetuou imediatamente. Mendonça Furtado, embora autorizado, não julgou oportuno, no que a metrópole concordou, aprovando as razões que lhe apresentou. Só por ocasião de sua segunda viagem ao rio Negro é que executou as ordens contidas na carta régia e instruções posteriores, inclusive a de 18 de julho de 1757, instituindo a fundação da Capitania e nomeando para governá-la o coronel de infantaria Joaquim de Melo e Póvoas (REIS, 1998, p. 120).

O primeiro desafio apresentado ao governador da nova Capitania foi a de povoá-la, ação que foi logo desencadeada com incentivo do casamento entre brancos e indígenas, com a chegada de militares e do pessoal administrativo fazendo, como infere Reis (1998, p.120), nascer daí “os fundamentos da família amazonense”.

A partir daí, São José do Rio Negro tornou-se um palco de lutas contra os Mura, que não se rendiam à base da colonização, e um território com dificuldades de promover a aplicabilidade da lei, fatos que não eram privilégios de tal Capitania. Sobre isso, Bruno (1966) ressalta que no século XVIII a região amazônica tinha uma extensão territorial considerável e isso dificultava a aplicabilidade da lei entre os moradores das mais de quarenta povoações espalhadas nesses rincões amazônicos. A solução administrativa encontrada foi elevar alguns antigos aldeamentos indígenas à condição de

“lugares” e os mais povoados à condição de “vila”. É com essa reforma que surge o Lugar da Barra do Rio Negro. Cabe ainda destacar que essa reforma traduzia-se em estratégia para conter o avanço dos espanhóis no Alto Rio Negro e, conseqüentemente, o de outros grupos estrangeiros que cobiçavam a região.

Até a fase da independência política do Brasil, Bruno (1966, p. 84) afirma que havia quarenta e seis municípios na Amazônia, distribuídos da seguinte forma: “trinta e sete na sua parte oriental – o Pará – e apenas nove em território da capitania do Rio Negro”. Interligados por redes fluviais, sobrevivendo do extrativismo, do peixe e da mão de obra escrava do indígena e do negro, os últimos introduzidos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão na Amazônia, a partir de 1757, tais municípios iam tentando sobreviver.

Os apontamentos da história da Amazônia atestam que até depois do processo de independência a maior parte das localidades situadas na capitania do Rio Negro eram povoações pequenas, servidas de poucas ruas irregulares e ornadas por casas cobertas de palhas e assim era também a maioria das igrejas e sedes da administração pública. Eram poucas as edificações que se aproximavam dos padrões europeus.

[...] Em Tomar havia várias edificações com cobertura de telhas, porque ali funcionavam olarias. Em Barcelos [...] alguns bons edifícios como os dos quartéis, o palácio do governo, as residências do ouvidor e do vigário e o armazém real exibiam “bela arquitetura” (BRUNO, 1966, p. 90).

No romance de Monteiro (2002), São José da Barra do Rio Negro, em 1820, não difere muito das características dos lugares considerados vilas, descritos pelos historiadores acima referenciados, com casas de palhas na grande maioria, com poucos edifícios públicos e com ruas entrecortadas por igarapés.

“[...] a cadeia velha, que avizinhava com o quartel, situados ambos no largo do Pelourinho; o hospital militar; o palácio dos governadores; a olaria, a fábrica (de tecidos e redes); o depósito da pólvora, na rua chamada Trem de Guerra (hoje de Frei José dos Santos Inocentes, que fora um rebelde que pusera polvorosa a Comarca); um ou dois sobradinhos cobertos de telha vã ou de palmas; e o restante das habitações, raras e dispersas pelas ruas e quilhas mal rasgadas e acidentadas.

[...] O Lugar da Barra era portanto cortado de igarapés e estes servidos por pequenas e rústicas pontes de madeira (MONTEIRO, 2002, p. 20-21).

Por esse princípio de abordagens é possível detectar articulações entre a História e a Literatura, além de demonstrar o quanto é tênue o discurso que por muitas vezes ainda insiste na separação entre ambas. Historiadores como Albuquerque Júnior (2007, p. 46) trabalham com a ideia de que o discurso historiográfico tem evitado trabalhar a História na sua velha condição de apontar para o real, pois a realidade é “[...] caótica, turbilhonante, proliferante [...]” e que, portanto, trabalhar em “territórios de fora”, ou seja, para além daqueles já cristalizados que só a arte e a Literatura são capazes de desenvolver tornou-se a grande brecha encontrada pelos historiadores para apreender vestígios que só podem ser captados pela sensibilidade abordada em textos literários.

Por outro lado, a Literatura, ao abarcar os territórios de fora, propicia aos autores romanescos abusarem da intuição e ousarem ultrapassar vanguardas teóricas que muitas vezes fazem com que a História, por exemplo, fique presa a discursos englobadores sem perceber memórias de combates, ou seja, as histórias de lutas dos grupos locais. Percebendo somente a análise da história dos vencedores, por vezes, personagens históricos submergiram em brumas deixando os leitores desejosos das intrigas promovidas pelos personagens vencidos pelas histórias não ditas e lidas.

A Literatura, nesse sentido, pode ser vista como um saber diferencial, uma vez que possibilita uma infinidade de representação de mundos e vivências que se entrecruzam e se distanciam, abrindo vários portais que sempre levam autor e leitor ao universo experienciado por eles. Tais portais “salvam” a história, pois abrem espaços para a história dos vencidos.

[...] Contamos histórias porque, afinal, as vidas humanas precisam e merecem ser contadas. Essa observação ganha toda a sua força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores. Toda a história do sofrimento clama por vingança e pede narração (RICOEUR, 2010, p.129).

Outra questão que deve ser pontuada é a levantada por Chartier (2012), baseado no texto de Foucault “Quem é o Autor?”. Nesse texto discute-se a função autor, ou seja, procura-se a identidade desse sujeito-autor. O que aparece na obra literária ou historiográfica corresponde a uma “identidade construída pelos princípios e instituições que dirigem a ordem do discurso” (CHARTIER, 2012, p. 200). Toda obra, nesse contexto, é permeada de várias vozes que compõem o autor e o seu resultado não é a apresentação da personalidade do escritor, mas sim da polifonia que permeia seus

escritos. Em uma peça dedicada a Shakespeare foi criado um diálogo que retrata a busca de uma identidade singular para o autor:

A história acrescenta que, antes ou depois de morrer, sobe-se diante de Deus e lhe disse: Eu, que tantos homens fui em vão, quero ser um e eu. A voz de Deus lhe respondeu de um torvelinho: Eu tampouco sou; eu sonhei o mundo como tu sonhaste em tua obra, meu Shakespeare, e entre as formas do meu sonho estavas tu, que como eu és muitos e ninguém (CHARTIER, 2012, p. 201).

Outra consideração que merece ser enfatizada relaciona-se ao fato de que uma das discussões debatidas desde a década de 70 entre as duas fronteiras, literária e histórica, estava no fato de a última ter o compromisso com o real em suas abordagens. Acontece que com as discussões ou embates os historiadores – principalmente De Certeau (2002), com a obra *A Escrita da História* e depois o crítico literário Hayden White (1992), que hoje é reconhecido como teórico da história com sua análise sobre a imaginação histórica no século XIX – auxiliaram a romper fronteiras ao acenar novas possibilidades de aproximação entre o ficcional e o dito real defendido ainda por muitos na história e com isso contribuíram para que a Literatura passasse a compor o campo das novas abordagens historiográficas.

O primeiro, De Certeau, apontou que o fazer do historiador o leva à produção de um texto e este, por estar relacionado ao passado, acaba por se compor de representações e que, portanto, sua narrativa aproxima-se do ficcional, mesmo ele se atendo a regras e métodos. O segundo, White, por sua vez, foi enfático em denotar que a pesquisa efetivada por um historiador, por não ser um retrato fidedigno do passado, acaba por caracterizar-se como uma ficção com a ambição de ser verdadeira/real. Assim, podemos inferir que tudo é ficção, ou seja, não existe nada que não seja narrativa; portanto, o fazer historiográfico parte de uma “invenção”, uma vez que o passado encontra-se soterrado em diversas camadas discursivas. E quanto mais o historiador escava tais camadas, mais narrativas promove visando, como nos diz Albuquerque Júnior (2007, p. 61), “[...] desmanchar uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada, cristalizada. Inventando, a partir do presente, o passado [...]”.

Partindo de tais recortes teóricos, podemos dizer que o romance de Monteiro (2002) é uma história de grande importância para os estudiosos da Amazônia, uma vez que contribui com seu enredo para auxiliar a evidenciar os silêncios historiográficos, como é o caso das lutas pela emancipação política no Lugar da Barra. Nesse sentido, o

texto faz inúmeras aproximações históricas e, mesmo sendo ficcional, apresenta fatos registrados por ela e com personagens como D. João VI, D. Pedro I e José Bonifácio sendo arrolados na trama e tendo suas ações descritas nos bares, igreja, ruas e becos².

Os campos de força que se verificam na historiografia da época em que a produção do romance foi escrito, 1950, ano de sua primeira edição, reverberam na tessitura de Monteiro (2002), levando o leitor a vivenciar o período em que se estabeleceram relações não tão amistosas entre o príncipe regente D. Pedro e as cortes portuguesas que queriam, após a partida de D. João VI, levá-lo para Portugal na tentativa de fazer com que o Brasil voltasse a sua antiga condição de colônia.

Internamente, o Brasil vivenciava duas forças contrárias. Na primeira estavam os simpatizantes e defensores da política centralizadora de D. João VI e que se sentiam órfãos após a sua partida do país. De outro lado, estavam os que acreditavam na emancipação política defendida por D. Pedro e tentavam auxiliá-lo com levantes e artimanhas para que o fato se consolidasse.

Nesse contexto, Monteiro (2002) situa o leitor na trama pela Independência do Brasil ao descrever, como podemos denominar, os bastidores dessas lutas e como eram cooptados os seus participantes.

[...] o homem de preto conseguira granjear simpatias e aliciava nomes entre aqueles peões mais dispostos a ver Portugal pelas costas. Fossem nativos ou portugueses independentes, escravos, índios remeiros, mercadores fluviais, ou de porta aberta, já estavam mais ou menos admitidos na maçonaria, mas... por cautela não aceitos nos concluios noturnos. Quem aceitasse o “partido do príncipe” (era o Pedroca, que em Portugal se fazia passar por Pedro IV) ficava listado, e muitos desses nomes vieram a cair nas garras do meirinho, que em 1820 se chamava Antônio de Sá, judeu converso (MONTEIRO, 2002, p. 79).

A narrativa brinda o leitor com a construção não só do espaço urbano Lugar da Barra e de seus cidadãos, como já apresentados anteriormente, mas também referencia a importância dos jornais para socializar as informações acerca dos acontecimentos pró-independência advindos do Grão-Pará e de outras localidades. Aproximando ainda mais o ficcional do historiográfico, Monteiro (2002) ressalta que na Comarca do Rio Negro havia

[...] quem assinasse jornais do exterior, nacionais e estrangeiros, e vários visitantes naturalistas com Von Martius e Henry Bates, em duas

² Outras personagens históricas citadas no capítulo XII - *Um pouco de história*.

épocas diferentes, 1809 e 1840, assinalaram o fato de haverem lido periódicos em língua estrangeira, de que eram assinantes, trazidos pelos regatões (MONTEIRO, 2002, p. 89).

Historicamente falando, a presença dos jornais foi muito importante para que os rincões brasileiros fossem informados do que se passava na sede do governo português no Brasil e na fase da Independência não foi diferente. Monteiro (2002), nesse sentido, contribui, com a construção de um texto literário, para aproximar tais fronteiras, uma vez que possibilita o reconhecimento da subjetividade das personagens e na trama por elas desenvolvidas, coisa que o documento nem sempre oferece ao historiador. No caso específico da obra *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*, Monteiro (2002) conseguiu sublimar que estabelecer aproximações entre o ficcional e o dito real na literatura amazonense fez com que de negro mesmo permaneçam apenas as águas de seu principal rio, pois o resto todo é passível de revelação.

Bloco II

DAS MARGENS DO IPIRANGA AO YPIRANGA DAS MARGENS DO RIO NEGRO: DESFIANDO FIOS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA



FIG. 2: Capas do Romance dos anos de 1950 e de 2002

2.1 Mário Ypiranga Monteiro Seguindo as Pistas na História

Desde aquele momento, nunca mais voltaram a morrer seus dois filhos falecidos. Que eu diria: meus dois filhos de lá. Porque sou Ofélia, eu mesmo que desfolho esta estória. Sim, sou a mulher a quem, certa vez, na ponta dos dedos, foi oferecido o mar. O resto é a minha eternidade contra a história. Pois nunca existiu homem nenhum que me tivesse amado e empreendesse, alguma vez, viagem para além deste lugar. (Mia Couto, 2015, p.20)

É com Mia Couto que apresento Mário Ypiranga Monteiro. O primeiro, escritor moçambicano, contemporâneo, o segundo, natural de um dos lugares mais cobiçados do mundo: Amazônia. Ambos contam histórias de seus lugares se expressam com o idioma de seus “descobridores”: os portugueses.

Conforme visto no bloco anterior, é com os relatos de viagens que a Amazônia é conhecida, interpretada e, quiçá, reconstruída à luz dos seus colonizadores. Colonizadores esses que desprezaram os habitantes locais fazendo-os de escravos para extrair as riquezas naturais como comprova a história. Mas não foi tão simples e pacífico como alguns creem. Entre Muras, Manáos e outras sociedades a Amazônia ergue-se e se faz voz nos escritos das pessoas locais que a viveram. Com o olhar do nativo outras estórias são narradas porque “O resto é a minha eternidade contra a história” (COUTO, 2015, p. 20).

É nessa eternidade que nos deparamos com o livro cujo título é *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*. Pelo título podemos imaginar que há uma história repleta de intrigas, suspenses, espionagens, em um ambiente misterioso e em um local muito distante do nosso mundo contemporâneo.

Qual surpresa quando, ao lermos a sinopse, somos surpreendidos: há, sim, intrigas, suspenses, mortes, política; contudo, o lugar não é tão distante assim. A narrativa está ambientada no Lugar da Barra – futura cidade de Manaus –, no século XIX, onde encontramos as peculiaridades locais como: costumes, população e uma política governamental insatisfatória aos olhos de algumas personagens. O autor dessa trama é natural do Amazonas.

Neste bloco, apresentamos ao leitor o romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*, em que os fatos históricos entrelaçam-se com o ficcional, constituindo o chamado hibridismo, ou seja, história e ficção. A narrativa recorre a fatos históricos

nacionais e regionais nos quais se movimentam os acontecimentos, fazendo crer que estamos diante de um romance histórico.

É nessa perspectiva que as discussões tomaram seu norte teórico: conceitos e características do romance histórico e gênero. A elaboração deste capítulo dissertativo foi necessária para elucidar a obra literária. Para tanto, dialogamos com Lukács (2011, 2009), Bakhtin (2014), Bastos (2007), para discussões sobre romance histórico; além dos autores Souza (2007), Nabokov (2015), Nitrini (2015), entre outros, para estudos de gêneros e teoria literária.

2.2 Para começo de história...

Ler e ouvir histórias são práticas que sempre fizeram parte da minha vida. Ler para o avô e ouvir dos professores. Leituras de vários gêneros: histórias ditas da carochinha, literatura de cordel, gibis, romances. Assim, nesse percurso de leitora me foi apresentado *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*, de Mário Ypiranga Monteiro, que se inicia assim...

No dia, melhor, na tarde em que damos início a esta maravilhosa história, uma espécie de bergantim armado em dois mastros e ajudado por velas latinas e uma quadrada, que agora pendiam murchas dos mastaréus, largava prudentemente o ancorote ao largo, defronte das cortinas da antiga Casa-Forte do Rio Negro. Houve, quase imperceptivelmente, uma troca de sinais entre o atalaia do forte e o navio. Galhardetes subiram e desceram, formulando ordens naquela linguagem muda dos nautas, e a bandeira real branca e azul, com a esfera armilar encimada pela coroa, tremulou na verga do mastro de vante. Daí a pouco, a voz tronitoante do canhão do forte saudava a bandeira real e a resposta do navio não se fez demorar. Foram esses fatos que originaram o alvoroço da póvoa desacostumada àquela troca de identidades militares. Só por isso muitos compreenderam vir o navio em missão oficial de alta relevância (MONTEIRO, 2002, p. 23-4).

O Espião do Rei é uma narrativa linear em que tempo, espaço, personagens são esboçados ao longo do texto. O recorte temporal corresponde aos anos de 1820 a 1822, o espaço é o Lugar da Barra.

Essa história é conduzida a partir do assassinato do emissário do rei, que chega à Barra em um bergantim majestoso trazendo mensagens da coroa. O mensageiro do rei é morto por Pedro – o mestiço – com anuência do Sr. do Carmo, que lutava contra a política de D. João VI. Segundo o mestiço, a morte não fora intencional, foi para defender-se. Com esse episódio, o rebuliço arma-se na pequena Barra do Rio Negro,

pois havia outras pessoas que apoiavam as ideias do Sr. do Carmo, como o Cadete Santa Cruz, exposto na narrativa. A pergunta que se fazia era: quem matou o emissário do Rei? Para respondê-la, chega à Barra o espião do rei Sr. Marcus de Vilanova Portugal, disposto a elucidar o crime e prender o assassino, como também os revolucionários contra a coroa.

Desse modo, a narrativa vai apresentando todo um contexto social da época. Portugueses, negros, mestiços, mulheres com seus ideais e ideias em relação à política; uns contra e outros a favor da coroa. Entre os que eram contra, temos a mocinha Sra. Dona Inácia de Menezes Lindosa, apaixonada pelo Cadete Santa Cruz, um amor proibido: a avó D. Raimunda não consentia. Dona Inácia de Menezes Lindosa tem como companhia e companheira a mãe Domingas, uma mucama alforriada. Deste modo, temos as personagens que lutarão pela independência do Brasil no Lugar da Barra do Rio Negro. O Cadete era um jovem exilado, que junto com o Sr. Do Carmo e alguns negros, pregava panfletos vindos do Pará contra a política Joanina; a Sra. Inácia era contrária à escravidão dos negros e, conseqüentemente, à política de D. João VI. Com a chegada do espião do rei, a tensão e os cuidados de não serem pegos se intensificaram com a ajuda da Sra. Inácia e da mucama Mãe Domingas, que era muito querida na casa grande. Mãe Domingas e outros escravos da casa ajudavam na panfletagem. Um dia, a polícia fora a casa investigar, contudo nada encontraram contra a sinhazinha.

Apesar de todos os cuidados, o Sr. do Carmo, Pedro – o mestiço –, e o Cadete Santa Cruz foram pegos e levados para a prisão da Barra. Quando a Sra. Inácia soube da prisão, idealizou um plano para tirá-los do cárcere e junto com a mucama mãe Domingas e alguns negros ateou fogo na cadeia. Os revolucionários conseguiram fugir, exceto Pedro, que sucumbiu queimado. No desenrolar da trama, o Cadete Santa Cruz atrai o espião do rei para um lugar ermo e desafia-o a lutar, culminando com morte do espião. Em outros lugares do Brasil, como no Pará, a luta pela independência se intensifica. E no dia 7 de setembro de 1822 culmina com D. Pedro, que, às margens do Ipiranga, decreta a independência do Brasil. Ironicamente, essa notícia chega a São José da Barra do Rio Negro dois anos depois. O cadete é perdoado pela coroa e consegue enamorar livremente a Sra. Inácia, para a alegria da mucama Mãe Domingas. Eis o enredo do *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*.

Monteiro, a partir de um evento conhecido e estudado nas aulas de História, compõe uma narrativa que trata de uma época diferente da dele; cujo “objeto é a literatura *strictu sensu*, ou seja, determinadas composições verbais em que a linguagem

se apresenta elaborada de maneira especial, e nas quais se dá a constituição de universos imaginários ou ficcionais” (SOUZA, 2007, p.52). E, neste caso, um ficcional entrelaçado ao fato histórico.

Deste encontro entre Literatura e História, percebem-se, como nos pontua Bakhtin (2014, p.74), que “o romance é uma diversidade social da linguagem organizada artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais”. Neste caso, as vozes do norte do país.

2.3 Mário Ypiranga Monteiro: o rebelde romântico

Para que a obra seja entendida satisfatoriamente, há necessidade de conhecermos o seu autor para além das correntes literárias às quais, geralmente, costumamos encaixar os literatos. É necessário, nesta perspectiva, percebermos as concepções ideológicas às quais o autor estava ligado e que se fazem refletir na obra.

Nesse contexto, Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004) – advogado, escritor e professor amazonense, lecionando tanto em escolas públicas como na Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da Universidade do Amazonas, onde ministrava a disciplina de Literatura Amazonense, autor de uma vasta literatura local – nos apresentava com *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* –, obra que é objeto de estudo em epígrafe.

Ao longo de sua carreira de escritor, suas produções literárias tiveram a Amazônia, ou, mais precisamente, a cidade de Manaus e seus sujeitos sociais como cenários. Personagens caboclos eram a sua fonte. Tudo isso o arrebatava, tanto que reproduziu seu encantamento em várias entrevistas que concedeu à imprensa amazonense.

Sua vida acadêmica fora muito agitada e produtiva em termos literários. Ao ingressar, no Ginásio Amazonense Pedro II, no ano de 1924, passou a produzir dois jornais manuscritos e datilografados que o fizeram despertar para as letras. Posteriormente, ingressou no grêmio estudantil e, junto com outros colegas, passou a produzir o jornal *O Estudante*; a partir daí, contos regionais, poemas e lugares da cidade de Manaus passaram a ser enaltecidos em obras que vieram a ser publicadas a partir de 1946, sendo *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* – o seu quarto livro, publicado em 1950.

A trama desencadeada por Monteiro (2002) corresponde ao seu ímpeto de rebeldia, tal qual como aquela que o levou a roubar a mulher amada da casa dos pais e dela desposar-se, mesmo a contragosto da família tradicional à qual ela pertencia; da rebeldia que o levou a lutar contra a polícia junto com outros estudantes em Manaus no episódio denominado de Movimento dos Ginasianos³, e por que não dizer pelo ímpeto de ganhar uma aposta frente aos amigos – outros escritores amazonenses – de escrever um romance associado, como descrito por ele no prefácio da segunda edição, prefácio esse que será desvendado mais adiante.

É importante ressaltar que a literatura amazonense na década de 30, período em que o autor de *O Espião do Rei* começou a tessitura do referido romance, já vinha dando sinais de letargia gerados pelo cenário econômico que não reagia há muito, ou seja, desde a crise da borracha, nos idos de 1912.

Assim, os poucos que insistiam na produção literária limitavam-se aos ditos imortais da Academia Amazonense de Letras e aos poetas que se reuniam para os famosos bate-papos nos cafés da cidade. A partir dos anos 50, a situação foi mudando. Criou-se o Clube da Madrugada, em que novos talentos literários foram se apresentando no contexto amazonense. E, embalados pela efervescência literária, surgiram, nas décadas de 70 e 80, dois novos expoentes advindos do Clube da Madrugada que tiveram reconhecimento nacional: Márcio Souza e Milton Hatoum, respectivamente.

Em um artigo denominado “Falsos Intérpretes da Amazônia”, Monteiro (1957) expõe críticas aos autores de outras regiões que tentaram retratar a Amazônia e salienta a importância de esse território ser e continuar sendo apresentado por aqueles que o vivenciavam, ou seja, por pessoas que fossem nativas. Na visão de Monteiro,

A Amazônia é um fenômeno psicológico particularmente interessante. Muitos dos que a sentem confessam-se sofisticados no tentar retratá-la em conjunto. Os que nunca a sentiram são comumente atraídos pelo mistério. Daí, dêsse atracionismo perigoso, flui uma literatura escandalizante, muitas vezes desambientada, sem autenticidade, nutrida de aspectos e de conceitos que fogem à verdade tangível. (...) Convivi longas noites com Ferreira de Castro, em Lisboa, e surpreendi-lhe, bastante vezes, na conversa, uma espécie de nostalgia afetiva da selva, visível melancolia que só é natural em quem deixou

³ Movimento ocorrido em Manaus na década de 30 devido ao estado de agitação em que o país passava em decorrência do assassinato do candidato a presidência do Brasil – João Pessoa. Tal acontecimento gerou em Manaus uma revolta por parte do ginasianos contra a polícia local que não os deixou fazer um ato público repudiando o assassinato do líder político. A revolta gerou a saída do governador do Amazonas – Dorval Porto – e o afastamento da polícia na cidade de Manaus ficando os próprios estudantes, durante o período de um mês, encarregados de fazer a segurança da cidade.

uma parte de si mesmo num barranco da Amazônia (MONTEIRO, 1957, p. 6).

Com tal artigo, Monteiro (1957) exaltava a necessidade de tomada de consciência por parte dos intelectuais para a realidade amazonense. Diga-se de passagem, esse parecia ser um traço que assinalou a mentalidade literária após o Movimento Modernista de 1922. Tomar como mote o espaço experienciado passou a ser a tônica das discussões e a literatura amazonense, a partir dos anos 50, passou a desnudar os problemas sociais, a retratar territórios e povos da Amazônia.

Nesse *boom* literário foi publicado o quarto livro de Monteiro – *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* –, ano em que o autor nos revela no prefácio da segunda edição que “[...] o livro só veio a circular em 1950, quando o Dr. Mitriades Correa esteve na direção da Imprensa Oficial” (MONTEIRO, 2002, p. 12).

Com estilo peculiar, o texto leva ao leitor uma série de imagens, informações históricas sobre a cidade de Manaus e sobre o movimento de insurreições nas províncias do Norte, em especial a de São José da Barra do Rio Negro, que culminaram com o processo de emancipação política do Brasil, como já referenciado.

Nabokov (2015, p. 42), acerca do ser escritor, costumava dizer em suas aulas que:

Um escritor pode ser considerado de três pontos de vista: pode ser visto como um contador de história, como um professor e como um mago. Um grande autor combina os três – contador de histórias, professor e mago –, mas é o mago nele que predomina e o torna um grande escritor.

[...] Por fim, e acima de tudo, um grande escritor é sempre um mago, e é aqui que chegamos à parte de fato excitante ao tentarmos apreender a mágica individual de seu talento e estudar o estilo, as imagens, o desenho de seus romances ou poemas.

Sob esse viés, podemos dizer que Monteiro (2002) é um grande mago, pois conduz seus leitores a apreciar o romance por uma infinidade de imagens ou desenhos, que nos faz identificar e conhecer o passado. Sobre essa questão, Lukács (2009, p.87) afirma que:

O romance é a forma da virilidade madura: seu escritor perdeu a radiante crença juvenil de toda a poesia, de “que destino e ânimo são nomes de um mesmo conceito” (Novalis); e quanto mais dolorosa e profundamente nele se enraíza a necessidade de opor essa essencialíssima profissão de fé de toda composição literária como exigência contra a vida, tanto mais dolorosa e profundamente terá ele

de compreender que se trata apenas de uma exigência, não de uma realidade efetiva. E essa percepção, sua ironia, volta-se tanto contra seus heróis, que em puerilidade poeticamente necessária sucumbem na realização dessa crença, quanto contra sua própria sabedoria, obrigada a encarar a futilidade dessa batalha e a vitória definitivamente da realidade.

O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais – é o reflexo da vida de Monteiro, tendo em vista que fora envolvido no episódio da Revolução Ginásiana, que culminou na obra intitulada *Mocidade Viril 1930. O Motim Ginásiano*, publicada em 1996 – demonstra a rebeldia de um jovem que não se acomodou com os desmandes da política nacional e local. Revolução essa que teve com objetivo “ajudar o futuro presidente Getúlio Vargas” (palavras de Monteiro⁴). Para tal, constituiu-se a Aliança Libertadora, da qual Monteiro fora membro, e que culminou com a Revolução Ginásiana.

Outro episódio de luta partidária como a Independência do Brasil, ocorrida em 7 de Setembro de 1822, norteia a obra *O Espião do Rei*, cujo “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas” faz um elo com o *Ypiranga* das margens do Rio Negro, na capital do Amazonas.

Curiosamente, o Colégio Amazonense D. Pedro II, local da referida rebelião, está localizado entre dois acontecimentos/ personagens importantes para Monteiro: na Avenida Sete de Setembro esquina com Getúlio Vargas, na cidade de Manaus, eventos históricos que orientam as obras já referenciadas.

O Espião do Rei foi dividido, *a priori*, em dezenove capítulos (1950) e, em sua segunda publicação (2002) – revista e ampliada –, vinte e nove capítulos. Toda a história é narrada entre o período de 1820 e 1822, no Norte do Brasil, precisamente na cidade do Lugar da Barra, hoje Manaus⁵.

2.4 Um passeio pelos caminhos da literatura

A Literatura tem como objetivo transportar – seja em prosa ou verso – o leitor, em uma linguagem cuidada, a viagens fantasiosas no espaço, tempo, ambientes que podem ser no presente, passado e, até mesmo, tempo futuro. Muitas vezes, os recursos utilizados valem-se de outros campos do conhecimento, como a filosofia, a sociologia, a história.

⁴ Entrevista do escritor Mário Ypiranga Monteiro, concedida ao programa de televisão VIA DE REGRA, no ano de 1994.

⁵ Ver a propósito o documento de Robério Braga intitulado *O nome de Manaus*, em PDF.

Neste sentido, para estudos sistematizados de uma obra, Souza (2007, p.55-56) afirma que:

Hoje, se valorizam certas linhas de pesquisa que, já na primeira metade do século XX, levavam em conta alguns aspectos da literatura irredutíveis às formas textuais, ampliando suas análises às conexões entre o texto literário e outros processos sociais — ideológicos, históricos, culturais, econômicos, etc. [...] Tais análises tornam a teoria da literatura permeável a outros métodos de investigação, sobretudo os de base sociológica, antropológica, psicanalítica e histórica.

Nesse paradigma, a teoria literária, termo cunhado por René Wellek e Austin Warren, estabelece uma diversidade de correntes que investigam a literatura pelas bases apresentadas. São elas: correntes textuais, correntes fenomenológicas, correntes sociológicas. Dissecando cada uma delas, as correntes textuais priorizam o texto. Nessas correntes estão inseridas a estilística, o formalismo eslavo, a escola morfológica alemã, o *new criticism*, o estruturalismo, a poética gerativa; as correntes fenomenológicas ficam em torno do campo da filosofia, como: teoria fenomenológica dos estratos, escola de Zurique, crítica ontológica – hermenêutica; já as correntes sociológicas interessam-se pela sociologia, ética e política. Encontram-se nas correntes sociológicas a crítica existencialista, a crítica marxista, a crítica sociológica e a estética da recepção (SOUZA, 2007).

Como se pode observar, há um campo extenso para o estudo do objeto da literatura, reafirmando a introdução de novas disciplinas nos esboços de uma obra, como: a história, a sociologia e a psicologia, pois antes já existiam a análise linguística, a psicanálise e a antropologia.

É que essas correntes, preocupadas com o estudo do texto em sua imanência, viam na contribuição da história, da sociologia e da psicologia interferências extratextuais inassimiláveis pelos axiomas linguísticos dessas interferências, tachadas pejorativamente de historicismo, sociologismos e psicologismo. De fins dos anos de 1960 em diante, porém, cessada a precedência absoluta da linguística, voltam a ser admitidas e valorizadas as afinidades dessas disciplinas com a teoria da literatura, embora sem o caráter simplista pelo qual o século XIX as encarou (SOUZA, 2007, p. 68).

Isto posto, a história já frequente, há muito e muito tempo, os gêneros literários. Lukács (2009) aponta que na Grécia Antiga o encontro entre a história e a filosofia da história resultou no surgimento de novos gêneros. Novos porque o que se evidenciava era o gênero da epopeia e da tragédia; desaparecendo a epopeia para nascer o romance. A filosofia enceta a epopeia, pois são as perguntas relacionadas à vida que a fazem

surgir: “Ao sair em busca de aventuras e vencê-las, a alma desconhece o real tormento da procura e o real perigo da descoberta, e jamais põe a si mesma em jogo, ela ainda não sabe que pode perder-se e nunca imagina que terá de buscar-se. Essa é a era da epopeia” (LUKÁCS, 2009, p. 26). O autor faz distinção entre os gêneros literários da tragédia com o drama; da novela e o idílio. Na tragédia grega os atores se mostram com dialéticas existenciais; já no drama reconhece-se a existência da vida cujo heroísmo é a tônica do existir; a novela apresenta um estado de ânimo e o idílio “o venturoso isolamento diante das tempestades que desabam no mundo exterior” (LUKÁCS, 2009, p. 50).

Explicita ainda as características dos gêneros: a epopeia e o romance. Na epopeia, segundo Lukács (2009), encontramos o verso trágico, o verso dramático e o verso épico. Nos versos trágicos o herói, o guerreiro, preocupado mais com a força, despreza o lado humano e psicológico; no verso dramático não se prende à vida; e no verso épico há um distanciamento de uma realidade na busca do inalcançável. Lukács (2009, p. 58) conclui que:

Somente a prosa pode então abraçar com igual vigor as lamúrias e os lauréis, o combate e a coroação, o caminho e a consagração; somente sua desenvolta ductibilidade e a sua coesão livre de ritmo captam com igual força os liames da liberdade, o peso dado e a leveza conquistada ao mundo, que passa então a irradiar com imanência o sentido descoberto.

Em oposição aos heróis da epopeia, o herói do romance vive a vida conforme o seu momento histórico, psicológico. A sua fantasia torna-se verdadeira à medida que busca algo e que esse algo perpassa pelas intempéries vivenciadas no cotidiano. Nesse sentido, há uma visão global da situação enfrentada pelo herói do romance.

O indivíduo épico, o herói do romance, nasce desse alheamento em face do mundo exterior. Enquanto o mundo é intrinsecamente homogêneo, os homens também diferem qualitativamente entre si: claro que há heróis e vilões, justos e criminosos, mas o maior dos heróis ergue-se somente um palmo acima da multidão de seus pares, e as palavras solenes dos mais sábios são ouvidas até mesmo pelo mais tolos. (LUKÁCS, 2009, p. 66)

Para Lukács (2009), na concepção hegeliana, os elementos que dão forma ao romance são elementos abstratos, que o levam a ser considerado “literatura de entretenimento”. Contudo, para opor-se ao abstrato, deve-se considerar a “realidade última, de maneira consciente e consequente, a incompletude, a fragmentariedade e o remeter-se além de si mesmo no mundo” (LUKÁCS, 2009, p.70-71). Realidade que nos

reporta para o real, o verídico ou não, de uma obra quando nela há elementos históricos, como ocorre no romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*.

2.4.1 A História e Ficção em Monteiro

O romance *O Espião do Rei*, já no seu título, suscita no leitor uma curiosidade em saber da trama que será desenvolvida ao longo do romance. Quando se inicia a leitura, percebe-se que, além do suspense, há um fato histórico relevante para o Brasil, que fora a sua independência política em relação a Portugal. Esse fato histórico é o ponto para o desenrolar de todo o romance.

Ávido pela descoberta, o leitor se pergunta: houve a luta partidária na Barra de São José do Rio Negro como o escritor descreve? Há marcas desse tempo na história do Brasil vivenciado no Lugar da Barra? De fato, Monteiro, assim, nos coloca entre a história e a ficção.

Diante disso, lembremos que as formas de um romance estão atreladas à ética e à estética, pois as divergências implicadas perpassam pela experiência e conteúdo.

Na concepção de Lukács (2009 p. 71-72):

O romance é a forma de virilidade madura: isso significa que a completude de seu mundo, sob a perspectiva objetiva, é uma imperfeição, e em termos da experiência subjetiva uma resignação. O perigo a que está sujeita essa configuração é portanto duplo: há o perigo de que fragmentariedade do mundo salte bruscamente à luz e suprima a imanência do sentido exigida pela forma, convertendo a resignação em angustiante desengano, ou então que a aspiração demasiado intensa de saber a dissonância resolvida, afirmada e abrigada na forma conduza a um fecho precoce que desintegra a forma numa heterogeneidade disparada, pois a fragmentariedade pode ser apenas superficialmente encoberta, mas não superada, e tem assim, rompendo os frágeis vínculos de ser flagrada como matéria-prima em estado bruto.

Podemos exemplificar a citação acima em Monteiro através de seus prefácios, que se encontram nas edições do romance *O Espião do rei* de 1950 e 2002.

Os prefácios de *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* – chamam atenção pela temporalidade, ou seja, meio século entre a escrita de um para o outro, o que nos revela uma mudança na linguagem que se torna mais usual no caso do segundo por se aproximar mais do tempo presente. Porém, cabe-nos destacar que, em ambos, o autor não perde o seu estilo, ou seja, o de se utilizar da imaginação criativa para envolver o seu leitor.

Quanto ao estilo do escritor, Nabokov (2015, p. 99), em suas aulas de literatura, dizia aos seus alunos que:

O estilo não é um artefato, não é um método, não é apenas uma escolha de palavras. Sendo muito mais que tudo isso, o estilo constitui um componente ou uma característica intrínseca da personalidade do autor. Assim, ao falarmos de estilo, nos referimos à natureza peculiar de cada artista, à maneira como ele se expressa em sua produção artística.

O estilo de Monteiro (1950; 2002) nos revela muito mais que a sua maneira de escrever; manifesta, sobretudo, a sua personalidade. Demonstra que ao mesmo tempo em que procura, através da literatura, abordar uma temática de fundo histórico, ele nos presenteia com seu humor inabalável, desde o prefácio, ao brincar com o leitor: “Certa vez, procurando eu alguns documentos decrépitos nos arquivos de tradicional família amazonense, dei com um manuscrito carcomido pelos bichos e algo delido, onde a custo deletreei uma história de lutas partidárias [...]” (MONTEIRO, 1950, p. 5). Tal manuscrito não tinha título e nem divisão em capítulos, contudo, como relatava uma história da luta partidária, ocorrida na segunda década do século XIX, resolveu salvá-lo com a pretensão de transformá-lo em novela. E segue enfatizando:

Não pretendemos confirmar e nem contestar que todos os fatos aqui descritos tenham ocorrido, excepcionando-se o que é rigorosamente histórico e que tivemos o cuidado de ressaltar em notas à margem. Quanto ao fim do manuscrito, só poderei acrescentar que durante as escavações procedidas em Manaus para verificar-se o aterro dos igarapés do Espírito Santo e Aterro ou dos Remédios, foram encontrados, neste último, várias ossadas, correspondendo o local do achamento à “Rocinha”, que pertencera à veneranda senhora dona Raimunda Taveira de Menezes Lindoza. Deixamos ao leitor o encargo de formular as hipóteses que quiser a respeito. Se for fábula isto que aqui se conta, perdoe o leitor ao anônimo cronista do século passado... (MONTEIRO, 1950, p. 5).

Cinquenta anos depois, ele lança a segunda edição do mesmo livro, como já referenciado anteriormente, e inicia o prefácio dizendo que ele e alguns amigos reunidos em um café, em Manaus, começaram a conversar sobre os rumos da literatura amazonense e, daquela conversa, resolveram fazer um romance coletivo. Entretanto, a ideia não surtiu muito efeito, por que parte dos parceiros desistiu da empreitada.

Até que em outro momento, em nova conversa, um dos amigos desafiou os demais ao dizer que a revista que ele editava pagaria um prêmio para quem escrevesse um romance com mais de cem páginas, ambientado em Manaus, com dose de mistérios,

com estrutura histórica, com pelo menos um dos personagens com identidade histórica comprovada, podendo o resto ser ficcional e que deveria ser entregue no prazo não superior a duas semanas.

É a partir dessa confissão que Monteiro informa ao leitor que os enunciados apresentados no primeiro prefácio não passaram de uma grande mentira bem contada, levando-nos a concordar com Nabokov (2015, p. 41) que “Literatura é invenção. Ficção é ficção. Chamar uma história de verdadeira é um insulto tanto à arte quanto à verdade. Todo grande escritor é um grande impostor, mas assim é também a natureza, essa trapaceira contumaz”.

Para escrever o seu primeiro prólogo, o autor de *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* – talvez tenha sofrido o que Jenny (1979, p. 8), ao referenciar Harold Bloom, diz: “todo o poeta sofre uma angústia da influência” e possivelmente foi essa angústia que fez Monteiro buscar inspiração no que Eça de Queirós e Ramalho Ortigão havia feito com a história intitulada *O Mistério na Estrada de Cintra*, na qual, ao criarem uma narrativa sobre um pretense assassinato ocorrido na referida estrada, mandaram-na em forma de carta que diariamente era transcrita num jornal em Lisboa. Em forma de novela, atingiu muitos moradores da cidade portuguesa, que chegaram a ficar amedrontados com os episódios de mistérios e acreditaram tratar-se de um caso real. A estrada onde o assassinato havia sido cometido chegou a ser repelida por muitos lisboetas. Porém, o medo só cessou quando, ao final de dois meses, os seus autores colocaram o ponto final na história e explicaram que tudo não passava de ficção.

Essa passagem evidencia que todo discurso é alinhavado por outros, como salienta Samoyault (2008, p. 22) ao referir-se aos textos literários que “abrem sem cessar o diálogo da literatura com sua própria historicidade, e a noção tem todo o interesse em tornar a crítica sensível à consideração dessa complexa relação que a literatura estabelece entre si e o outro”. Dessa forma, nessa parte introdutória do romance de Monteiro (1950), há uma intertextualidade, uma vez que percebemos entrelaçamento de um ou mais textos em outro (GENETTE, 2010).

Monteiro (1950) nos pregou uma grande peça. Contudo, nós também não tivemos a capacidade de perceber as pistas por ele deixadas em seu primeiro prefácio, como: o pedido de perdão do leitor ao cronista, caso percebesse que aquilo não passava de fábula ou quando afirma que não pretendia confirmar e nem contestar com os fatos ali apresentados; desta maneira, entramos no espírito perspicaz de Monteiro (1950; 2002) e nos deixamos surpreender quando ele revela a “verdade” no segundo prefácio.

Outra passagem importante de ser analisada diz respeito às palavras iniciais de cada prefácio. Enquanto o primeiro inicia-se com “Certa vez”, o segundo principia-se com: “Chovia torrencialmente naquela manhã de Carnaval de 1935 e eu vogava liricamente pelos vinte e seis anos de idade”. Enquanto no primeiro temos uma estrutura de contos de fadas – atemporal – no segundo temos o tempo vivenciado do escritor, ou seja, o tempo presente, de fato, sua autobiografia.

De um lado, vale lembrar que o “Certa vez”, utilizado na primeira edição, reproduz a forma de contar histórias da/na Amazônia, como em outras regiões do mundo, ou seja, sempre que se vai iniciar uma história, a referida expressão é comumente utilizada; uma vez que gera a ideia de tempo incerto, idêntico aos dos mitos – que sabemos o lugar onde a história se passou –, porém não sabemos o seu tempo. Assim, também, o ribeirinho faz para narrar às histórias dos encantados das matas e dos rios amazônicos. Tal expressão assinala, ainda, outra pista deixada por Monteiro (1950) para nos conduzir à necessidade de que seu texto, talvez, devesse passar por um filtro por parte do leitor para concluir que a narrativa havia sido por ele criada.

Por outro lado, a frase que abre o prólogo da segunda edição demonstra o que Monteiro (2000) denotava o tempo por ele vivido. A fala já é de melancolia, apesar de referenciar-se à idade jovem do autor e ao carnaval de 1935. Devemos lembrar que durante a tessitura do segundo prefácio o referido autor já estava com mais de noventa anos e isso demonstra que a cada época vivida novas relações são estabelecidas e compartilhadas, novas leituras são feitas e novas janelas são abertas possibilitando que cada autor modifique a sua forma de ver e perceber o mundo que o cerca. Tais razões permitem e o avalizam a mudar a forma de começar o texto sem o “Certa vez” ou, como diz Nitrini (2015, p. 165), “o texto-originário está virtualmente presente, portador de seu sentido sem que tenha necessidade de enunciá-lo”.

Por atualizar os fatos, o escritor situa, em seu segundo prefácio, as inquietações vividas na cidade de Manaus, citando a literatura amazonense a partir de 1922, fazendo uma alusão à Semana de Arte Moderna, na cidade de São Paulo. Aqui lembramos as palavras de Bakhtin (2003) de que nenhum discurso se faz sozinho. Para o teórico, o discurso sempre será formulado por um ímpeto de influências ou motivos que o leva a formulação de um determinado diálogo. Por isso, sempre ouviremos a voz do outro repercutida em nossos discursos. De acordo com Carvalhal (1992, p.53):

[...] Além disso, sabemos que a repetição (de um texto por outro, de um fragmento em um texto, etc.) nunca é inocente. Nem a colagem nem a alusão e, muito menos, a paródia. Toda repetição está carregada de uma intencionalidade certa: que dar continuidade ou que modificar, quer subverter, enfim que atuar com relação ao texto antecessor. A verdade é que a repetição, quando acontece, sacode a poeira do texto, anterior, atualiza-o, renova-o e (por que não dizê-lo) o re-inventa.

Outro ponto que merece ser destacado em Monteiro é o da ampliação dos capítulos, dos novos personagens e cenas mais provocantes que, no momento da edição de 1950, não foram possíveis publicar, pois “eram mal vistos e até proibidos pela ética os conceitos e cenas tidos por fasceninos [...]” (2002, p. 13).

Tal conotação evidencia uma das possibilidades que a intertextualidade permite ao autor, ou seja, ao relacionar um texto ao outro acaba criando a autonomia para que o primeiro possa passar a existir no outro (COMPAGNON, 2007).

Destacam-se, ainda, os nomes dos poetas amazonenses Mitrídates Correa e Joaquim Azpilicueta, que aparecem na primeira edição na folha de rosto do romance em forma de agradecimento. Porém, na segunda, Monteiro (2002) já atribui aos amigos os créditos, ou seja, a Mitrídates é conferida a responsabilidade pela publicação do livro e Azpilicueta é atribuído crédito pela aquisição do papel para a impressão do romance em sua primeira edição.

Ao trazer tal lembrança e garantir o crédito aos feitos dos amigos, o autor amazonense estabelece mais uma vez o diálogo com o primeiro prefácio para trazer à tona o que havia ficado submerso ou oculto na edição de 1950. A emergência da lembrança o leva não só a fazer agradecimentos a esses amigos, mas a lhes atribuir a sua importância para que o livro chegasse às mãos do leitor.

No último parágrafo temos a seguinte informação:

Uma última declaração: é que pelo menos duas das personagens desta obra são de fato referidas no cronicão manauense, a senhora Lindosa e um dos seus ascendentes paternos, membro de muito conhecida família Pau-Brasil. Solar Santa Anita, agosto de 2000 (MONTEIRO, 2002, p. 13).

A informação dada encontra-se, também, no último parágrafo da edição fonte. Contudo, percebemos que há certo romantismo e *glamour* ao apresentar a referida Senhora Dona Raimunda Taveira de Menezes Lindosa, corroborando com o mágico, o mistério que estava por vir. “Deixamos ao leitor o encargo de formular as hipóteses que quiser a respeito” (MONTEIRO, 1950, p. 2).

Nessa passagem, Monteiro reforça a ideia de que o romance criado com bases históricas, até meados dos anos 30, era composto por testemunhas oculares. Nesse sentido, trazer personagens que realmente existiram, como era o caso de Dona Raimunda Lindosa, não é algo inusitado, pelo contrário, era um artifício bastante utilizado e ao mesmo tempo em que balizava, também aproximava a fronteira entre a veracidade e a ficcionalidade e/ou entre a história e a literatura.

Bastos (2007, p. 25) considera a dicotomia entre história e literatura como

[...] o jogo das palavras entre a *verdade* da arte e *verdadeiro dos fatos* é, com uma mudança sinuosa de terminologia, a antiga distinção aristotélica entre contar o que aconteceu, tarefa do *historiador*, o que poderia ter acontecido, tarefa do *poeta*.

Por fim, o percurso escolhido por Monteiro corrobora com o pensamento de Todorov (1980) quando este nos diz:

[...] uma sociedade escolhe e codifica os atos que correspondem com maior proximidade à sua ideologia; eis porque a existência de certos gêneros numa sociedade, sua ausência numa outra, são reveladoras dessa ideologia e nos permitem estabelece-la com maior ou menor certeza. Não é por acaso que a epopeia é possível numa época, o romance numa outra, o herói individual deste opondo-se ao herói coletivo daquela: cada uma escolha depende do quadro ideológico no interior do qual ela se dá (TODOROV, 1980, p. 50).

Como dito anteriormente, Monteiro desnuda o propósito da obra informando que não foi algo espontâneo, mas sim por ter sido desafiado a escrever a partir de uma aposta, sendo que o manuscrito deveria ter sido feito coletivamente. No entanto, os amigos não o fizeram, deixando Monteiro sozinho.

2.4.2 Ponto de Vista dos Teóricos Acerca do Romance Histórico

No olhar de Lukács (2011), o romance histórico surge a partir da situação econômica-política, no velho continente, como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, em que nasce uma sociedade com estruturas de pensamento com uma nova ideologia, ou seja, completamente diferente da anterior às revoluções. Donde se tem a “ascensão da burguesia às novas mudanças econômicas, sociais e políticas e à conscientização das pessoas em relação à relevância da história do próprio país e mundo” (RIBEIRO, 2009, p. 74). As questões sociais, ideológicas, econômicas e

políticas são os diferenciais para que um novo gênero literário surja: o romance histórico.

Isto posto, Lukács (2011) descreve como a forma do romance histórico se apresentava nos séculos XVII, XVIII e XIX. Informa que o romance do século XVII tratava da época do escritor: as personagens e as temáticas faziam parte de uma ‘roupagem’; já o romance histórico do século XVIII também retrata a história apenas como ‘roupagem’, ou seja, “somente importa aqui a exposição da curiosidade e da excentricidade do meio” (LUKÁCS, 2011, p. 33), nesse contexto, faltando o elemento histórico. Esse elemento histórico aparece, no século XIX, na obra de Walter Scott.

Na concepção de Lukács (2011), Walter Scott é o pioneiro do romance histórico, porque, de forma peculiar, transforma em romances a história vivenciada, em uma época de mudanças ideológicas e econômicas na Europa, em particular, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Por meio de personagens, ora ficcionais ora históricos, Scott revela um passado histórico vivido pela comunidade europeia outrora. Segundo Lukács (2011, p. 51), “A grandeza de Scott está em dar vida humana a tipos sociais históricos”. Vida humana no sentido de que seus heróis são personagens medianos em “inteligência”, “moral” e “honestidade”, ou seja, pessoas simples do local e que lutam por um ideal comum. Esse tipo de personagem é uma das características do romance histórico e que o faz divergir do herói da epopeia, cujo personagem estava acima da média das pessoas do local. Ainda na opinião Lukács (2011, p. 72), “Scott dá vida à história”, pois ele, Scott – isso se deduz a partir de Lukács – conseguiu transportar o passado nos seus romances e demonstrar a importância das mudanças provocadas nas pessoas simples do local e que lutam por um ideal comum.

Pelo exposto, podemos elencar, como características do romance histórico, os seguintes itens:

- Não abordar questões do presente;
- A realidade histórica visitada como figuração;
- O herói do romance ser uma figura simples advinda do povo;
- Personalidades da história referidas no romance;
- Mudanças – econômicas, psicológicas e sociais – ocorridas a partir do fato histórico.

Podemos perceber que o recorte histórico, as personagens históricas e as ficcionais são os principais elementos para identificar se estamos diante de um romance histórico ou não.

Não obstante, ao longo dos séculos, a discussão sai do foco do elemento histórico para o foco do romancista. Dessa forma, indagamos: Como o romancista utiliza o fato histórico que permeia a sua obra literária? Qual a linha que separa o ficcional da realidade?

Discussão essa que, novamente, põe em evidência o romance e a epopeia. É nesse sentido que Paul Veyne *apud* Bastos (2007, p. 17) “afirma ser impossível determinar o momento certo em que o mito teria sido superado por algo mais forte”. Mais forte no caso é a chegada do romance histórico, cujas personagens mesclam a ficção e a história, pois os mitos encontrados na epopeia são passíveis de análise, mas difícil de interpretá-los (AUERBARCH *apud* BASTOS, 2007, p. 17). E mais, “A história é ou deveria ser o que foi, ao passo que o romance deve ser o mundo melhor, disse Mme. Necker, um dos mais notáveis espíritos do século passado. O romance, porém, nada seria se, nessa augusta mentira, não fosse verdadeiro nos pormenores” (BALZAC *apud* BASTOS, 2007, p. 20). Notamos que as discussões perpassam o tempo. Entre a ficção e a história, ainda não há um ponto final e, quiçá, não poderá haver.

Bastos (2007), em sua obra *Introdução aos estudos históricos*, ameniza os questionamentos afirmando que “[...] os estudos atuais sobre o romance histórico tentam vencer o dilema, afirmando a prevalência do ficcional, mas sem dar resposta satisfatória sobre o que fazer com a matéria de extração histórica” (2007, p. 11). Dito de outra forma:

A classificação de um determinado romance como histórico deve ser feita em respeito a um conjunto de traços caracterizadores que o irmanam a outros romances igualmente merecedores de título. Alguns desses traços são mais fortes que outros, como por exemplo, a exigência de que a trajetória das personagens principais se vincule de modo irrecorrível ao destino da comunidade histórica de que fazem parte; ou que os fatos e as figuras históricas aludidas não cumpram função apenas incidental na trama, mas sejam elementos definidores da natureza dos eventos e da sorte das personagens de procedência histórica ou não (BASTOS, 2007, p. 12).

Notamos que a classificação do romance como histórico perpassa pela identificação de características específicas. Para o autor citado, destaca-se a história de

vida das personagens e que ela tenha a ver com o elemento histórico em foco no decorrer da trama literária, não sendo estes personagens, apenas coadjuvantes.

Diante da discussão teórica, *O Espião do Rei* não preenche todas as características elencadas para o romance histórico, apesar de tê-lo, a sua construção perpassa pelo referido gênero ao contextualizar o tempo e personagens históricos.

Acerca do romance objeto da presente pesquisa, Monteiro (2002, p.15) esclarece logo nas palavras iniciais de *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* –, que:

Esta narrativa contém duas partes distintas que ajudam a reconstruir os quadros sociais da nossa cidade: uma é histórica e a outra é ficção. Todavia, a ficção é tratada com um mérito que não distingue o ideal da realidade, a não ser, por exemplo, os nomes próprios de certas personalidades que de fato e de direito existiram no horizonte sociocultural da Barra de 1820.

É uma estória que poderia acontecer em qualquer lugar em formação social, por isso encontrará aqui várias identidades comuns à sua própria existência atual, nos usos e costumes, nas comidas, nas bebidas, no vestir e no calçar, no falar e no agir. O interesse do autor foi mostrar justamente como se formou o grupo social de Manaus e seu equipo rudimentar, doméstico e público.

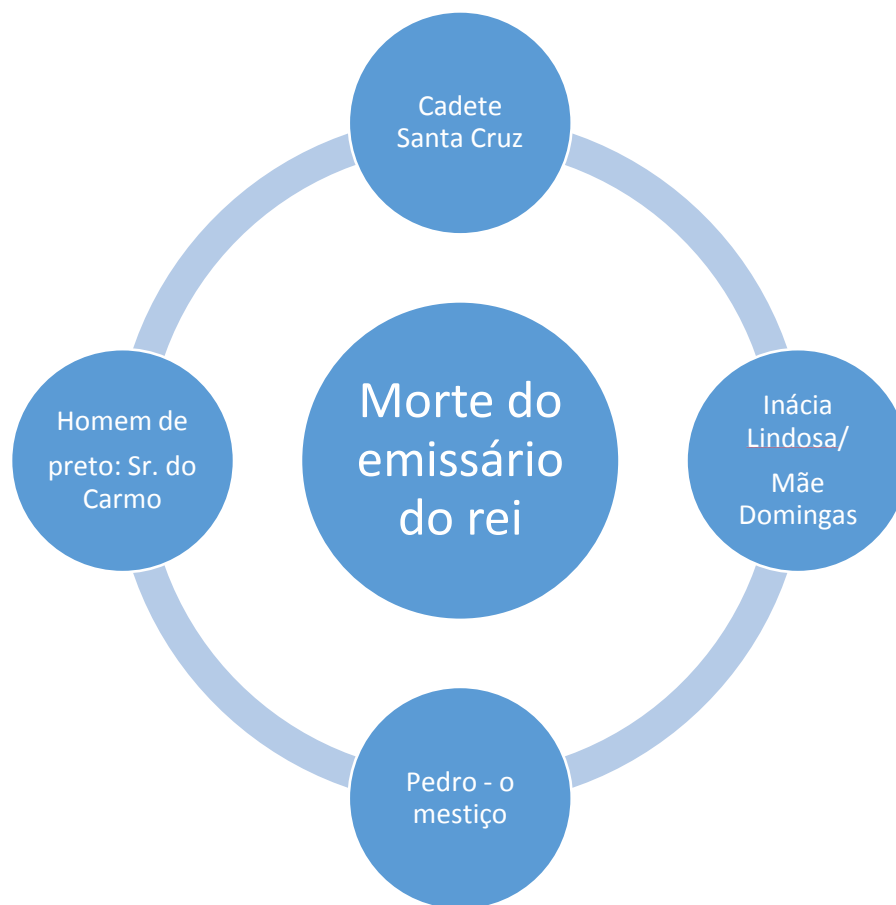
Sabemos o que o motivou a escrever *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*. Agora, precisamos dissecar os passos da produção na tentativa de marcar as imagens deixadas por Monteiro, pois, com essa explicação inicial, nos informa que há personagens ficcionais e históricos; que descreverá a situação sociocultural e, provavelmente, as mudanças ocorridas ao longo das décadas, durante e após o fato histórico.

Resta-nos, assim, seguir os passos de Monteiro (2002) para respondermos a seguinte indagação: Como é que um fato histórico, presente na historiografia do Brasil, se transforma no texto literário de Monteiro?

Desta feita, no próximo bloco analisaremos a narrativa identificando as personagens, os modos, o tempo e seus elementos históricos na construção literária.

Bloco III

E O GRITO SE FEZ ROMANCE: OUTROS FIOS E OUTROS RASTROS



“A literatura é uma recriação verbal da realidade através da imaginação do artista”.

(Vicente de Paula Ataíde)

3.1 - ... Ainda Seguindo as Pistas de Monteiro

Evocar é buscar cumplicidade com as experiências passadas, com as histórias humanas que já se foram, com as existências que lutaram e superaram suas contingências.

(Márcio Souza – Discurso de posse na Academia Amazonense de Letras)

No bloco anterior apresentamos a trajetória do escritor Mário Ypiranga Monteiro, sua história acadêmica e profissional, bem como seu sentimento pela Amazônia. Foi um moço inquieto e homem crítico da sua própria história. A sua criticidade, a curiosidade e o conhecimento do local o motivaram à escrita da obra *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*. Tais revelações estão expostas nos prefácios das edições analisadas, no resumo da obra e nas facetas de um romance.

Revelamos no segundo bloco o enredo da narrativa para compreensão das marcas históricas na prosa em análise. Para tal feito, recorreremos a Lukács, autor que teoriza sobre o romance histórico, pois na narrativa as marcas históricas se transformam em informações pertinentes para o desenvolvimento da trama fictícia.

Assim, neste bloco iremos dissecar, à luz da criação literária, os elementos narrativos presentes em *O Espião do rei*: enredo, personagem, tempo, espaço, ambiente, foco narrativo, e como são aplicados com a temática de cunho histórico.

Desta feita, estabeleceremos o diálogo com os seguintes teóricos: Aristóteles (1984), Ataíde (1974), Moisés (1991), Nunes (1988), Reuter (2011), que contribuirão para o entendimento dos elementos literários que compõem a obra; Reuter (2011), Brait (2006), Bonnici (2000), Said (1995), Fanon (2005), Spivak (2014) e Quijano (2000,2010) ajudarão nas discussões sobre o decolonial e o pós-colonial.

3.2 Sobre Criação e Composição da Narrativa

Na concepção de Ataíde (1974), o processo de criação de um escritor parte de um conhecimento existente para uma recriação do conhecido, por vezes, de sua própria realidade e que “através de palavras, o sujeito da comunicação quer dizer o que intuiu. E parece ter uma necessidade invencível de contar a alguém o achado que fez” (ATAÍDE, 1974, p. 4). Nessas pegadas da intuição o escritor finda por expor a sua cultura, como bem corrobora Ricouer, citado por Nunes (1988, p. 16):

Contando histórias, os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais de desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais dos homens. Deste modo, o homem narrador torna inteligível para si mesmo a inconstância das coisas humanas, que tantos sábios, pertencendo a diversas culturas, opuseram à ordem imutável dos astros.

Podemos insinuar que foi o que aconteceu com Monteiro (2002) ao revelar o fato histórico do século XIX, no Lugar da Barra, que hoje é a cidade de Manaus. Ele transforma o Lugar da Barra, no norte do país, em uma cidade ávida de mudanças políticas e sociais em contraste com fatos ocorridos no Rio de Janeiro, capital do império. Mudanças essas que fazem com que o leitor viaje no tempo da narrativa literária, ou seja, reporte-se para a sua criação estética, personagens, lugares, acontecimentos ficcionais e reais do século XIX sob a égide da luta pela independência do Brasil.

Isto posto, Ataíde (1974, p. 8) nos diz que “a qualidade estética de uma obra depende em última análise da nova estrutura criada, da montagem artificial e consciente que lhe dá o artista”. Em diálogo com a poesia e a história Aristóteles (1984, p.249) comenta que “[...] a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular”. A orquestração, manipulação e recriação de vários fatos locais e nacionais realizadas por Monteiro na escrita de *O espião do rei* resultaram numa narrativa densa e um tanto quanto crítica aos acontecimentos históricos do Brasil da época. Seu trabalho consistiu então em fazer com que um acontecimento histórico se transformasse em uma história local, ou particular, como a chegada de um bergantim real no Lugar da Barra, exemplificado na obra, no capítulo II, denominado *Boatos*:

O súbito e inexplicável surgimento do bergantim levantou o sentimento de insegurança dos habitantes mais bem inteirados do que ocorria a muitas milhas dali, na cidade de Belém do Pará, de onde regatões chegavam com notícias nada auspiciosas. Gente de todos os lados e de todas as categorias sociais dirigia-se apressadamente para a barreira ou descia à enseada. Um surdo ruído de inquietação tomou conta da atmosfera de sossego e de quietismo que respiravam índios e mamelucos, lusos e forasteiros de quatro nações empenhadas em guerra contra o Portugal: espanhóis, ingleses, franceses e batavos. Alguns foragidos das Guianas, outros das guerras napoleônicas, e uma pequena de súcia dos presídios de além-fronteiras. Esse material humano originou o conglomerado que já em 1820 contaminava de cultura a póvoa da Barra, imiscuindo-se na política, na administração,

na organização familiar-tronco, nos serviços manuais, na formação de idioletos, na religião, nos costumes (MONTEIRO, 2002, p.24).

Neste trecho podemos, novamente, dialogar com Aristóteles (1984, p. 249) quando atribui aos personagens “[...] determinada natureza, pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança convém a tal natureza”. Dessa maneira, o escritor percebe uma realidade e depois a organiza como algo novo, pois o “nível da arte não é o nível do real ou do natural, mas é o nível do admirável, do impossível, do crível; é uma realidade fora do real” (ATAÍDE, 1974, p. 11).

Assim sendo, Monteiro, para dar vida aos personagens e expor o enredo já mencionado, compõe a ‘novela dos tempos coloniais’, gênero escolhido para descortinar a cidade de Manaus do século XIX, inseri-la na política nacional que fora a independência do Brasil.

E nesse viés histórico, Massaud Moisés (1986, p.61) assinala que “a novela, histórica e essencialmente, ocupa situação de relevo menor que o conto e o romance. Identificada com as manifestações populares de cultura e fuga realizados com o mínimo de profundidade e o máximo de anestésico”. Ou seja, a novela recorta um acontecimento e o faz de forma corriqueira e verídica aos olhos de quem a lê: o leitor.

Pelo exposto, ao decompor uma narrativa de cunho ficcional e se esse ficcional perpassa pelo histórico, o analista deve se ater aos elementos literários que a compõem para compreender o emaranhado da criação artística, pois “o discurso, que tem a natureza de acontecimento, é temporal; ato do sujeito como interlocutor, que se comunica com outrem a respeito de alguma coisa, combina sentido e referência” (NUNES, 1988, p. 15).

Ao transpor para a escrita, essa referência se transforma em um texto literário, em que, segundo Nunes (1988, p. 15):

Nessas condições, a significação do texto não pode corresponder mais à intenção do autor nem à referência às coisas e objetos que a linguagem ordinária descreve. A significação autônoma e a perturbação do senso do real introduzem no discurso a brecha da ficção, por onde se configura o mundo da obra através do enredo. Esse plano de *configuração* é também o das estruturas formais e do sentido imanente ao texto.

As referências em Monteiro (2002) apontam para a história do local, por ele ser nativo e ativo nas questões sociais, culturais e políticas referenciadas no bloco anterior.

O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais está dividida em vinte e nove capítulos que harmonizam entre si porque “[...] o novelista não esgota o conteúdo de uma unidade para depois realizar o mesmo com as seguintes. Via de regra, no fim de cada episódio, o ficcionista procura deixar qualquer semente de drama, no fim dum episódio para manter vivo o interesse do leitor” (MOISÉS, 1986, p. 63). Vide exemplo quando o leitor depara-se com a ação da obra da morte do emissário do rei:

— O que aconteceu Pedro?

O vulto tomou acordo de si e encaminhou-se para a beira do rio onde se via varada no mato a mesma igarité que vimos descer à foz do igarapé da Ribeira das Naus.

— Tudo bem?, perguntou meio ansioso, mas em voz seca, a mesma personagem que parecia dominar o grupo.

A resposta emergiu do escuro com a brutalidade das coisas consumadas:

— Fui obrigado a matá-lo, meu senhor...

Houve um silêncio universal, tão cheio de negra expectativa que dava para ouvir o brando sossinar da brisa noturna nos ramalhos de soberbo pau-brasil, à sombra da qual comandita blaterava. Um minuto ou um século depois das guerras sangrentas é que a voz da prudência, da justiça, da piedade, adquiriu um tom de doçura. Hipócrita?

— Diabo, isso é mau começo. E a carta?

— Ei-la meu senhor...

(MONTEIRO, 2002, p.30b).

Por se tratar de uma morte, cuja vítima era o emissário do rei, Monteiro traz para a narrativa alusão à história nacional — referência ao rei D. João VI — buscando, com isso, dar um ar de veracidade ao enredo construído apresentando personagens conhecidos na historiografia: “Havia partidários de José Bonifácio e estes eram os moderados ou liberais, contrários ao absolutismo” (MONTEIRO, 2001, p.112). “Do Pará, de Belém, que era o foco das discórdias, irradiava a ordem da ação [...] O agitador, o condottiere, é Felipe Patroni” (MONTEIRO, 2002, p.112).

Considerando-se que se trata de uma narrativa/novela colonial, exibem-se personagens por episódios, entre protagonistas, antagonistas, personagens secundários, pois para cada episódio um personagem se destaca e se entrelaça com os protagonistas. Segundo Moisés (1986, p. 63):

Com efeito, em razão do entrelaçamento de dramas, o ficcionista vê-se obrigado a “fabricar” numerosas personagens auxiliares, cuja ação, momentânea e ocasional, pode não ter qualquer consequência futura. Daí certas figuras apenas funcionam como espaço “humano” ou social

da novela inconsequentemente: aparecem, atuam por breve lapso de tempo e desaparecem para nunca mais voltar.

As personagens vivenciadas na narrativa fazem parte de uma cidade em construção, apresentadas com personalidades distintas que em alguns momentos se unem e em outros momentos se repelem para o desenvolvimento da trama. Foram elencadas, nesta dissertação, por categorias, a saber: **‘rebeldes’**: o mestiço Pedro, Visconde do Carmo, Cadete Santa Cruz, Inácia Taveira de Meneses Lindosa; **justiça real**: o meirinho, Sr. Marcos de Vilanova Portugal – espião real -, ouvidor D. Ramos Ferreira; **‘o clero’**: padre Coelho, padre Bento da Cruz; **monarca**: Raimunda da Conceição Taveira de Meneses Lindosa; **‘senzala’** (Mãe Domingas – negra alforriada -, moleque Fortunato; **‘coadjuvantes’**: negros, índios e mestiços; **‘histórico’**: D. João VI, Lobo d’Almada, Dom Pedro, José Bonifácio de Andrada e Silva, Araújo Lima, Felipe Patroni, Batista Campos entre outros.

No esquema abaixo, podemos visualizar como as personagens com ideais libertários e contrários à independência do Brasil convivem e se encontram no processo de criação do escritor:

Cadete Santa Cruz → amigo do Sr. do Carmo que → cuida de Pedro → Pedro mata o emissário do rei → Vilanova de Portugal o espião escolhido para desvendar o assassinato → que leva para a cadeia Visconde do Carmo, o mestiço Pedro, e o cadete → o cadete se apaixona pela donzela Inácia → Inácia os solta com a ajuda da Mãe Domingas.

E neste emaranhado de ações estão outras personagens que lutavam pelo ideal libertário. Desta feita, as dicotomias das personagens apresentadas demonstram a organização da narrativa de forma dinâmica.

Esses personagens circulam em vários ambientes/espço/tempo. Monteiro (2002) conduz as personagens nos lugares públicos e privados, fazendo descrição minuciosa dos ambientes. Podemos citar alguns: **‘localização’**: “(...) Barra de 1820 (...) Rio Negro ao sul; às matas da Campina ao norte; ao igarapé de São Vicente de Fora, a oeste; e ao bairro dos Remédios a leste” (MONTEIRO, Op. cit., p.18); **‘cidade’**: “(...) largo do Pelourinho” (MONTEIRO, Op. cit., p.29); **‘navegação’**: “a igarité deslizava suavemente na noite sem lua, uma noite que se tornou memorável para a história da Barra” (MONTEIRO, Op. cit., p.31); **‘a urbe’**: “o outro local era a fábrica

(MONTEIRO, Op. cit., p.43); “Paróquia do Espírito Santo (MONTEIRO, Op. cit., p.45); solar das Lindosas (MONTEIRO, Op. cit., p.52); “Câmara de Barcelos que dependia a Barra” (MONTEIRO, 2002, p.52); “Igarapé da Ribeira” (MONTEIRO, Op. cit., p.29). Esses excertos demonstram, um pouco, o movimento das personagens na trama. A mobilidade existente entre elas demonstra o quanto Monteiro conhecia o local narrado. Todavia, há um local onde as personagens, sejam elas protagonistas, antagonistas ou secundárias se encontram para discutir a situação do país e que, por vezes, acabava em brigas e arruaças: “Dada a situação social da povoação da Barra, ponto de escala obrigatória de quem subisse ou descesse o grande rio, não poderia faltar, naqueles tempos, um botequim, que exprimisse certo grau de civilização, embora a civilização, aqui, andasse, sempre de rastros” (MONTEIRO, 2002, p. 103). Esse botequim era da personagem Sô Melgaço. Nesse trecho, podemos observar o espaço e o tempo da narrativa: Lugar da Barra, grande rio e a qualidade social que deveria exprimir “certo grau de civilização”.

O enredo percorre o período de 1820 a 1822. Contudo, o ano de 1823 surge para informar que a notícia da independência do Brasil no Lugar da Barra não chega ao ano em que foi proclamada, ou seja, em 1822, e sim, em 1823, acontecimento esse reverenciado na história do Brasil.

O ano de 1822 estava findando. E com ele o prestígio do Rei Constitucional. Dom Pedro, no Brasil, propendia a tornar-se monarca absoluto, liquidando as contas com o pai. Mas por enquanto na Barra não se sabia das novidades que iam pelo sul, pelas margens do arroio Ypiranga, desde o famoso dia sete, às quatro da tarde. Tão distante estava da corte, que a nova da Independência só chegou finalmente a Manaus no dia nove de novembro de 1823, isto é, um no depois. (MONTEIRO, 2002, p. 225).

A história é conduzida por um narrador-onisciente, em terceira pessoa e, por vezes, dialoga com o leitor, induzindo-o a ser mais um personagem na trama posta. Metodologia essa muito utilizada em novelas, pois segundo Moisés (1986, p.66) “[...] o ritmo rápido, exposição sucessiva, linear, dos acontecimentos, intervenção constante e direta de subjetivismo do autor, quer em frases líricas, divagações morais e no tom de conversa com o leitor, que na eloquência ornada da própria linguagem”.

Desta feita, encontramos o referido diálogo em vários trechos da obra; dentre eles, destacamos os que seguem:

“Sobre o mérito dessa qualificação social é bom o leitor ir logo admitindo o sistema de relacionamento e parentesco” (MONTEIRO, Op. cit., p.44);

“Deixou-se acomodar novamente no regaço da ama. Elas duas se compreendiam muito bem, não há que ver, mas dona Inácia Lindosa, tinha planos, leitora, tinha recursos que não desejava por ora exhibir” (MONTEIRO, Op. cit., p.62);

“Não tome o leitor essa fórmula popular obscena, era apenas o raciocínio do patife escuro, que engrolava as palavras, saía-se mal nos recados, trocava nomes e endereços” (MONTEIRO, Op. cit., p.91);

“Não rias, leitor amigo, Dona Raimunda Lindosa alimentava essas fugas e quase se vai *ad patres* ...” (MONTEIRO, Op. cit., p.121);

“Não há necessidade de arregalar os olhos, fingindo espanto, nem torcer os lábios de desdém, leitora amável” (MONTEIRO, Op. cit., p.129);

“Era o sinal, leitoras minhas, com que as donas daquele tempo discretamente animavam o acesso à fortaleza altívola do coração. *Ó tempora! Ó amores!* diria se vivesse o grande Cícero” (MONTEIRO, Op. cit., p.136);

“Calcule leitor... Para a residência do seu pior inimigo [...]” (MONTEIRO, Op. cit., p.161).

Perspicaz escritor, Monteiro segue uma estrutura do prólogo ao epílogo desenhando uma cidade, discutindo uma temática, apresentando personagens que interagem entre si e condizentes com o momento histórico vivenciado na trama. Numa linguagem própria, exemplificada neste recorte em um diálogo entre D. Raimunda Lindosa – matriarca –, e mãe Domingas – mucama alforriada. Diálogo este realizado no momento em que a matriarca saboreia uns tamarindos:

“ — Você se recorda do que me disse ser o tamarindo uma fruta das estranhas, ao passo que a cucura é nossa? — Quem lho contou?
— São conversas do Frutunato, ouvidas ao padre Bento...
(MONTEIRO, Op. cit., p.73)

Segundo Moisés (1991), para a constituição da narrativa literária, a linguagem utilizada na prosa difere da linguagem da poesia. Para ele a prosa é a expressão do “não-eu” e se manifesta mais em linguagem denotativa, contudo, podendo ocorrer a língua conotativa quando nos informa que “Diga-se de passagem que, a rigor, uma obra em prosa de superior quilate, seja ela de cunho “realista”, seja introspectivo ou poético,

caracteriza-se por utilizar, equilibradamente, a linguagem denotativa e conotativa” (MOISÉS, 1999, p. 85). Equilíbrio esse que tem como finalidade apresentar um retrato de uma determinada realidade.

Assim, *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* vai descrevendo a capitania com as suas linguagens, ruas, ladeiras e ‘gentes’ na busca de autonomia política nacional e regional; para tanto, amplia a lente literária com recursos históricos. Sua leitura dinâmica e rica em detalhes sobre o referido Lugar da Barra e seus habitantes garante a tônica necessária para que os bastidores do processo de lutas libertárias travadas entre absolutistas portugueses – aliados de D. João VI – e brasileiros com ideais libertários favoráveis ao processo de emancipação política do Brasil e, conseqüentemente, aliados de D. Pedro I fossem vistos fora do eixo das grandes províncias, como era o caso de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

3.3 Desafiando fios do decolonialismo

A temática da independência do Brasil recriada por Monteiro na novela de 2002, cujo palco é a cidade de Manaus, situa o leitor nos acontecimentos do período colonial, período esse repleto de interdições. Interdições por ser diferente, por ir contra a submissão da coroa, por excesso de zelo, por ser negro; interdições diversas que encontram um elo para proferir o grito de liberdade na província. Grito esse vindo das personagens interditas.

Thomas Bonnici, em *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura* (2000, p. 268), traça um retrato da época quando informa que

[...] o governo português tem no início do século XVI para a sua colônia do Brasil apenas um programa econômico, aliado ao empreendimento da Igreja (decorrente de um conceito teocrático) para evangelização dos nativos. No âmbito do colonizador português, nos dois primeiros séculos da colonização à população “brasileira” (que consistia em algumas tribos indígenas, índios semi-escravizados, negros escravizados e alguns mulatos livres não é dado acesso à voz”.

Vemos essa população representada na obra, não no século XVI – como descreve Bonnici –, mas que não continua diferente no século XIX, período da emancipação política do Brasil. Na obra, as características da população estão assim representadas: o mestiço Pedro; a mucama Domingas – escrava alforriada –, outros negros da senzala citados ao longo da obra; menção à tribo Manau; e os visionários Sr.

do Carmo e o Cadete Santa Cruz, bem como a donzela Sra. Inácia de Lindosa. Todas as personagens impondo sua voz.

Nesse sentido, verificamos que a novela corrobora com elementos da concepção teórica decolonial, uma vez que nos garante informações específicas da colonização amazônica na localidade de São José da Barra. Desta forma, ressaltamos que o referido conceito deva ser entendido,

[...] a despeito de sua diversidade, como um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação. [...] na busca persistente pela autonomia, o que só pode ser entendido se tivermos em conta que a decolonialidade tem sido elaborada a partir das ruínas, das feridas, das fendas provocadas pela situação colonial. Portanto, é a partir da dor existencial, da negação de direitos (incluindo os mais elementares, como o direito à vida), da submissão de corpos e formas de pensamento, da interdição a uma educação autônoma que nasce a concepção decolonial. (MOTA NETO. 2015, p.2)

Na referida novela, verificamos a presença de personagens negros alforriados ou não marcados pela transgressão e fazendo da trama legada por Monteiro (2002) o espaço de expressão, como já referenciado anteriormente; falar em sistema colonial é reproduzir um discurso colonizador, tendo em vista que o processo de colonização gerou especificidades como as descritas no referido romance. Perceber tais nuances ajuda-nos a revelar o barulho por baixo da história, como inferiu Foucault (2002).

Sabemos que quando o colonizador chegou ao território brasileiro, as sociedades indígenas não foram descobertas e sim encobertas, como defende Dussel (1992) ao analisar a chegada do europeu na América Espanhola.

[...] A modernidade originou-se nas cidades européias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mais foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento de “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto de “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não-europeu. (p. 8)

Seguindo a análise de Dussel (1992), podemos dizer que com a América Portuguesa a situação não foi tão diferente. Porém, há necessidade de compreendermos que mesmo tendo sido conduzido a uma proposta de encobrimento, o sujeito pretensamente assujeitado conseguiu encontrar brechas para se rebelar contra o processo colonizador.

Nesse contexto, a novela *O Espião do rei* nos possibilita averiguarmos a trajetória de mulheres e homens brancos e, sobretudo, negros que se rebelaram contra tal encobrimento e levantaram a bandeira da independência não só política do Brasil, mas também a que se pautava no discurso de liberdade. Perceber tais especificidades é entender o Outro dentro de um contexto que fazia com que a colonização se apresentasse de maneira diferenciada de um território a outro.

Sabemos que na História do Brasil Colônia o negro foi colocado na condição de escravo e, conseqüentemente, tornou-se um objeto incorporado ao capital do seu senhor. Subordinado ao trabalho e submetido à política mercantilista da metrópole portuguesa, que viu no negro a força motriz necessária para o desenvolvimento do sistema colonial, o negro tornou-se vítima de práticas cruéis oriundas do processo de escravidão.

Engendrado em uma política excludente, o negro foi marginalizado e afastado da condição de sujeito na historiografia, como podemos observar em um artigo de Sílvia Correa (2000, p. 87), publicado na *Revista Ágora*:

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas.

Em todas as regiões brasileiras, o processo de escravidão foi desenvolvido em maior ou menor escala conforme exigia o eixo econômico ou a trama de interesses. Na Amazônia, as primeiras levas de negros foram encaminhadas pela fazenda real à povoação do Rio Itapicuru –MA, em 1686. Nesse ano, é registrada a distribuição de 200 a 300 negros entre os moradores de tal povoação (SALLES, 1971).

Cabe-nos salientar que a morosidade para entrada da mão-de-obra escrava do negro na Amazônia é norteadas pelo jogo político internacional. A imensidão de terras e

o número significativo de indígenas, somados ao conhecimento dos nativos, fizeram com que

[...] a ocupação da Amazônia, realizada com trabalho compulsório do índio, parece ter obedecido a negócios internos e externos, não só dos colonos, mas do Estado português, onde a iniciativa particular dos colonos só tinha sentido se, ao mesmo tempo da conversão do índio em mão-de-obra regional, fizesse dos povos indígenas, nacionalidades subalternas e desiguais para os interesses econômicos, políticos e estratégicos da Coroa portuguesa (SILVA, 1992. p. 50).

Outro ponto fundamental para esclarecer a entrada de negros escravos na Amazônia é a venda do indígena em relação ao negro. Os valores praticados em relação aos primeiros eram sempre inferiores aos segundos, que chegavam a custar cem mil réis, moeda corrente da época, ou seja, muito mais do que o negro poderia “produzir” em toda sua vida útil.

Analisando alguns autores que elaboraram pesquisa sobre o negro escravo na Amazônia (SALLES, 1971; MENDONÇA, 1963; PEREIRA, 1949), é possível situar no século XVII a chegada dos negros à região e a sua intensificação por todo o século seguinte.

A partir daí, o negro, localizado nas paragens amazônicas, foi utilizado largamente em várias frentes de trabalho, à disposição de proprietários, pelo Estado e por instituições religiosas. E essa trajetória do negro não foi diferente de seus semelhantes alojados nas outras regiões brasileiras, ou seja, foi explorado como força de trabalho, rebelou-se, lutou pela alforria de várias formas e, ao longo desse processo, ecoou gritos de liberdade na formação dos quilombos. Incorporou-se em várias lutas sociais – Cabanagem e nas lutas pela Independência do Brasil, por exemplo –, e, mesmo na condição de subordinado, não deixou de se expressar através da resistência implementada e/ou através de suas manifestações culturais.

Percebê-lo na condição de sujeito é atribuir a si mesmo conhecimento e regras de conduta e de existência diferenciadas, como diz Foucault (2002). Nesse sentido, construir-se significa não se deixar silenciar e sim se fazer ver através de lutas que o apartassem de toda uma trajetória discursiva atribuída ao negro.

A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, no início do século XXI, a trajetória dos negros na historiografia amazônica passou a ganhar destaque e com ela toda uma gama de possibilidades de análise se abriu ao pesquisador ávido em conhecer a

trajetória de homens e mulheres que estavam afastados dos grandes centros urbanos, mas que tiveram papel importante na construção da “Amazônia” enquanto contexto político.

Dentre os trabalhos que possibilitaram novas abordagens sobre os negros na Amazônia, podemos destacar as pesquisas precursoras de Arthur Cézár Ferreira Reis (1961), que analisou o negro na empresa colonial na Amazônia; o trabalho de Vicente Salles (1971), intitulado *O Negro no Pará – sob o regime da escravidão*; e, mais recentemente: o livro *O Fim do Silêncio: presença negra na Amazônia*, da professora da Universidade Federal do Amazonas, Patrícia Melo Sampaio (2011); a pesquisa sobre quilombos e mocambos no Brasil, desenvolvida por Flávio Santos Gomes (2005); e sobre a escravidão negra no Grão-Pará, desenvolvida por José Maria Bezerra Neto (2012).

Como se percebe, as poucas referências sobre o assunto sentenciam um silêncio demarcado muito mais, como nos diz Fonseca (2011), em minimizar o papel desempenhado pelo negro na Amazônia. O indígena, em maior número, foi objeto da maioria das pesquisas na Amazônia Colonial; porém, os poucos e valerosos trabalhos voltados à participação do negro de origem africana quebram a ideia de que tais paragens foram feitas, em sua totalidade, com a mão de obra indígena.

Com a ampliação do repertório de fontes, novos objetos foram surgindo e o trabalho do negro africano na Amazônia foi resgatado, até como proposta de cunho revisionista, em teses que afirmam que a mão-de-obra indígena foi importante elemento de desenvolvimento da região, mas não foi única. Ao seu lado estava a força de trabalho de homens e mulheres de matiz africano.

Nessa perspectiva, o trabalho escravo do indígena passou a ser analisado somado ao do negro, uma vez que as novas pesquisas passaram a colocá-los lado a lado como força motriz principal da/na Amazônia Colonial. Na condição de subalternos, indígenas e negros africanos compartilharam, além do trabalho forçado, estratégias de resistência que resultaram em fugas, assassinatos e formações de áreas como quilombos e mocambos nas florestas, visando à liberdade e ditando toda uma rede de coexistência entre indígenas e negros. Na opinião de Salles,

Os mocambos, nesta parte do Brasil, começaram a surgir em pleno regime colonial, quando a estrutura agrária, que exigiu a introdução da mão-de-obra africana, ainda se podia considerar muito precária. A fuga e conseqüente multiplicação desses ajuntamentos de escravos africanos na floresta aumentou consideravelmente a partir do final do século XVIII e tomou largo impulso nos primeiros anos do século

XIX, sob a pressão de vários fatores políticos, econômicos e sociais (SALLES, 1971, p. 218).

Havia toda uma cadeia de solidariedade estabelecida entre indígenas, negros, homens livres e pobres, prostitutas e, até mesmo, entre militares desertores na Amazônia, que atormentavam desde as autoridades até os fazendeiros, conforme referendado no trabalho de Gomes e Nogueira (1999) sobre os desertores militares na Amazônia setecentista.

As teias de relações entre vários personagens foram observadas por Paul Marcoy, em 1850, durante sua viagem descendo o rio Amazonas. Através de seus relatos, deu destaque à presença de negros e indígenas ao longo de várias partes do percurso de sua viagem, além de enfatizar a presença de um multicolorido inusitado resultante da miscigenação operada em plena Amazônia (CARDOSO, 2014).

O reforço historiográfico relacionado à presença negra na Amazônia irá receber ênfase a partir das tramas revolucionárias, como foi o caso, sobretudo, da Cabanagem em 1835. A Revolta dos Cabanos, como também é conhecido o movimento denominado Cabanagem, eclodiu no Pará durante a fase do regime regencial e acabou expondo o descontentamento da população de baixa renda em relação aos proprietários e à política centralizadora e monarquista que imperava no Brasil.

A participação do negro escravo é revelada, como salienta Salles (1971), não como um gesto de rebeldia, uma vez que tais impulsos na maior parte das vezes terminavam em fuga. Para o referido autor, o negro começou a aderir aos movimentos de luta a partir de sua identificação com o conceito de liberdade. A consciência de tal conceito, diga-se de passagem, é bem anterior ao movimento de Cabanagem e é essa luta de libertação nacional que enfatizaremos para localizarmos o negro africano e seu engajamento no processo de Independência do Brasil.

A participação dos negros nas lutas pela independência do Brasil quebra um pouco o discurso hegemônico instituído durante muito tempo e desconstrói estereótipos atribuídos aos negros. Vê-los na condição de revolucionários acaba subvertendo um pouco a lógica dos acontecimentos envoltos pelos discursos coloniais, que sempre os colocaram na condição de subalternos pelos fatores raça e cor.

Cada sociedade, como diz Foucault (2002), produz o seu próprio discurso visando legitimar os interesses dominantes. Portanto, todo o corpo discursivo criado nas Américas derivava-se da base cultural dos colonizadores; assim, a autonegação dos sujeitos

considerados subalternos foi a tônica da discursividade do dominante sobre o dominado para legitimar os dispositivos de controle social.

Contudo, Foucault (1985) assevera que as forças que produzem o poder não são unilaterais. Ou seja, elas se dão de todos os lados e, nesse sentido, os sujeitos colocados na condição de subalternidade encontrarão sempre brechas, no poder dito institucionalizado, para demonstrar o despertar de consciências, como infere Fanon (1968) ao descrever tal despertar como um dos mais valiosos instrumentos das lutas de libertação, uma vez que implementaram resistências.

É importante abrimos parênteses nessa parte de nossa análise para descrevermos, resumidamente, a situação do Brasil e o processo de engajamento do negro nas lutas em prol da Independência.

Desde a vinda da família real para o Brasil, em 1808, instaurou-se um clima que versava sobre a possibilidade de o país tornar-se independente de Portugal. A política centralizadora focada em arrecadações de impostos, cada vez maiores e sem atendimento às reivindicações básicas das províncias do Norte e Nordeste brasileiro, acentuou ainda mais tal necessidade.

Com a volta de Dom João VI a Portugal devido à imposição das cortes lusitanas, a possibilidade de independência tornou-se mais pulsante em virtude de o filho mais velho do rei português ter ficado no Brasil na condição de regente. Na Amazônia, as informações, por mais tardias que fossem, davam conta de ilustrar aos seus moradores os acontecimentos em torno das lutas pela Independência, mesmo que tardiamente, como explicita Monteiro (2002, p. 225):

O ano de 1822 estava findando. E com ele o prestígio do Rei Constitucional. Dom Pedro, no Brasil, propendia tornar-se monarca absoluto, liquidando as contas com o pai. Mas por enquanto na Barra não se sabia das novidades que iam pelo sul, pelas margens do arroio Ypiranga, desde o famoso dia sete, às quatro da tarde. Tão distante estava a Barra da corte, que a nova da Independência só chegou oficialmente a Manaus no dia nove de novembro de 1823, isto é, um ano depois.

Para os negros escravizados, a independência significava esperança de liberdade. O conceito de liberdade para esse grupo ia além dos interesses econômicos e partidários. Para eles, a expressão “liberdade” vinha, em sua essência, com direitos de manifestarem-se sem serem vigiados ou castigados.

No botequim de sô Melgaço recolhia-se o noticiário dos sucessos de Belém do Pará, distribuídos pelo Senhor do Carmo [...] Apesar desses sussurros, os escravos e índios à sua conta discuti-los livremente nos lugares públicos, sem nenhuma reserva, incluindo patriotas grudados na esperança da mudança de governo, ou na sua independência (MONTEIRO, 2002, p.104).

O trecho acima descreve a efervescência local em relação ao momento político, e o local para expressar com liberdade a insatisfação de negros e índios, no folhetim de Monteiro, era um botequim.

Feito tal parêntese, nossa proposta volta-se para localizarmos o negro nas lutas pela Independência do Brasil. Nesse cenário, o papel do negro foi muito importante, tendo em vista o seu engajamento em tais lutas, visando a sua liberdade.

A historiografia, nesse sentido, vem nas últimas décadas ampliando o cabedal de pesquisas sobre a participação de homens e mulheres nesse processo. De acordo com Tavares (2005), um dos casos mais versados é o da negra Maria Felipa de Oliveira, que teve uma atuação ímpar na Ilha de Itaparica – BA, liderando um grupo significativo de pessoas de diferentes etnias e classes para o trabalho de construção de trincheiras, com o objetivo de impedir o desembarque de tropas portuguesas pelo litoral baiano.

Maria Felipa se destacou, também, por ter comandado um grupo de mulheres armadas com peixeiras e galhos de urtigas que defendeu a praia de Itaparica. Elas surraram os portugueses e atearam fogo em seus barcos na tentativa de evitar que os soldados executassem as ordens das cortes portuguesas de levar o regente português do solo brasileiro e, assim, impedissem o processo de independência do país (TAVARES, 2005).

No entanto, a participação do negro nas lutas pela Independência do Brasil não se deu somente na Bahia. Ela foi travada em todos os rincões brasileiros em maior ou menor dimensão. Em alguns, ocorreu de forma explícita com negros sendo recrutados para formar tropas de resistências, não só contra qualquer iniciativa portuguesa, mas, principalmente, contra grupos internos contrários à independência e a favor de Portugal e, em outros, esses embates se davam de forma velada ou na calada da noite na condição de guias pelas matas ou na condição de combatentes nas lutas que se davam ao escurecer.

Nesse contexto, é importante frisarmos que, de forma explícita ou velada, a participação de homens e mulheres escravizados ou já libertos demonstra que, junto com o sonho de liberdade, a participação nessas lutas estava ligada ao direito de ser incluído socialmente e, sobretudo, ser visto como sujeito do seu próprio discurso.

Embora tendo sonhos negados, as vozes e clamores dos negros passaram a ser marcas, sobretudo, do discurso literário que ultrapassou as fronteiras dos estereótipos produzidos pelos discursos ditos hegemônicos, e nos possibilitaram, na condição de leitores, perceber a atuação desses sujeitos e ouvir as vozes subalternas, como pontua Spivak (2014).

Realizada tal exposição, voltemo-nos ao romance *O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais*, de Mário Ypiranga Monteiro, para assinalar as marcas dessas vozes, nas quais perceberemos o envolvimento de negros nas lutas pela Independência do Brasil na capitania de São José do Rio Negro – Amazonas.

Dentre as personagens do romance em análise encontramos Inácia de Menezes Lindosa, sua mucama alforriada, Domingas, e outros negros que, visando à liberdade com o sonho de Independência do país, engajaram-se na trama com a finalidade de derrubar o governo opressor no Brasil. Como esclarece Calmon (2002, p. 71), “em país de cativo, a liberdade é a primeira das honras”.

Cabe-nos registrar que mãe Domingas, como era chamada a mucama por Inácia Lindosa, carregava a insolência na ponta da língua. Tal característica é apresentada em várias passagens do romance. A primeira que podemos destacar é quando Domingas começa a questionar a patroa quanto ao fato de o padre monarquista ser o responsável por alfabetizar Fortunato, o moleque de recado do solar das Lindosas. O padre era, aos olhos da mucama, o verdadeiro súdito do diabo, uma vez que costumava destilar fogo pela boca cada vez que inseria em seus sermões princípios monarquistas.

A negra sabia que a patroa não gostava muito do padre e por isso perguntava por que ela permitia tal aproximação com alguém que era contrário à política libertária. E a resposta foi:

Que entendes de política, negra? Uma pessoa pode ser, aqui, contrária ao pensamento de outras, e ali simpatizante delas. É uma questão de “onde” e “como”. Diz-me onde moras e dir-te-ei quem és. – Diz-me como vives e direi aos outros que se abstenham de manter relações de amizade contigo.

- Isso se chama política?

- É...

- Depois eu diria chamar-se dizer mal do vizinho. (MONTEIRO, 2002, p. 86-87)

Percebe-se, com tal diálogo, que mãe Domingas podia não ser alfabetizada, mas sabia o que defender e de que lado da luta estava. Sabia tanto que ironizava a patroa. Somado a isso, podemos inferir que há nessa parte da narrativa o que Bhabha (1998)

considera “recuperação da voz do cativo e/ou subalterno”. Há, no diálogo citado, sinal da consciência marcada, sobretudo, na ironia, assim como existe, de certa forma, uma ruptura com o estereótipo aferido aos negros, mesmo os alforriados, que eram considerados desprovidos de consciência política.

Podemos apontar outro traço importante a ser analisado na posição discursiva da mucama, ou seja, mesmo alforriada carregava socialmente o estigma por ser negra. Isso por si só já seria motivo de ter o desejo de ser branca ou de negar-se identitariamente. Pelo contrário, manteve-se firme e garantiu comunicabilidade entre ela e a patroa, perfazendo o que Fanon (1968) denomina de articulações de identidades, ou seja, ao invés de querer embranquecer-se ou assumir a posição do Outro em uma atitude mimética, assume-se na condição de negra e com direito à voz, enfatizando dessa maneira que as diferenças entre brancos e negros foram critérios forjados pelo sistema colonial.

Na condição de babá que fora de Inácia Lindosa, tornou-se sua confidente. Mãe Domingas é apresentada com traços morais fortes e possuía direitos que eram respeitados na íntegra, uma vez que, de acordo com o narrador, “suas verdades eram acatadas com um sentimento de orgulho e respeito pelas pessoas a quem servia e por isso dona Raimunda Lindosa fazia-a sentar-se ao seu lado na cadeirinha [...]” (MONTEIRO, 2002, p. 169).

Mãe Domingas é enfatizada com características ainda mais transgressoras ao se envolver nas lutas pela Independência. É ela, juntamente com a neta da patroa e outros negros, que na calada da noite saíam para fazer panfletagem e socorrer os libertários que corriam perigo. Tal exemplo é exaltado no romance quando os soldados vão ao solar das Lindosas para prender dois negros acusados de panfletagem. Nesse momento, estabelece-se o seguinte diálogo:

- Que tendes a dizer mãe Domingas?
- Isto, apenas: a senhora Inácia de Lindosa, sua neta, jamais esteve sozinha nas duas vezes que saiu para aquele trabalho (e foram somente duas vezes!) nem acompanhada com estranhos, quem quer que seja. Eu a acompanhei sempre nas suas corridas pelo povoado, a serviço da causa da independência. Ia à Garupa do Bucéfalo, armada de vassoura – se duvidais eu vos mostro os dominós pretos lá em cima... Como é que o senhor vigário iria reconhecer-nos, de rostos tapados? – Não cometemos ato nenhum que nos obrigue a responder perante autoridades. – A via é pública...e de noite todos os gatos são pardos... – Estes dois só tomaram parte na fuga uma vez... e nada mais fizeram que pregar os pasquins (MONTEIRO, 2002, p. 260).

É interessante notar que a mucama, ao estabelecer o diálogo, garante voz, quebrando dessa forma o paradigma salientado por Spivak (2014), que registrou em seus estudos que o sujeito colonial, sobretudo a mulher, era desprovido de voz. Monteiro (2002), ao dar voz à mãe Domingas, a faz carregada de resistências e consciência, o que a torna uma das personagens mais importantes da trama.

Sob o signo da rebeldia estavam também negros escravos de Dona Lindosa. Tais personagens, assim como a mucama Domingas, tinham como ingredientes básicos a revolta pelos maus-tratos e o sonho de liberdade.

Esses ingredientes eram aspiração dos negros que vivenciavam o sistema escravocrata no Brasil, portanto, qualquer movimento revolucionário liderado por brancos que tentasse modificar a engrenagem que os mantinha cativos era logo apoiado por eles. No olhar de Chiavenato (1999, p. 70),

As condições de vida dos escravos e as limitações jurídicas que condicionavam sua existência induziam-nos à aliança com os movimentos liberais. Mas os negros entravam como aliados de segunda classe e é sintomático que a historiografia oficial destaque sua “valentia” e seu “heroísmo” e nunca aponte para sua influência real sobre os acontecimentos: as decisões cabiam aos brancos.

Os negros escravizados e localizados no solar das Lindosas não eram diferentes dos demais espalhados em outros rincões brasileiros. Não tinham voz, mas tinham atitudes. Saíam na escuridão da noite para ajudar a sinhazinha Inácia nas panfletagens e defendê-la dos perigos noturnos, como enfatizado na fala do feitor depois que dois escravos foram acusados pelo cabo de peregrinarem após as sete da noite distribuindo propaganda contra o regime.

É verdade senhora. Ontem à noite, depois que todos se recolheram à senzala, evadiram-se e foram vistos, alta madrugada, pregando escritos sujos no portal da igreja. – O senhor vigário viu e reconheceu, menos os outros cúmplices. – Este, Angolês, foi reconhecido pela altura. Entretanto, senhora a gravidade do fato está na morte do pobre sacrista, cuja culpa foi só de tentar, às três da manhã, espantar os malfeitores. Moeram-no de pau e espichou as canelas, portanto houve crime de morte. As autoridades estão reconhecendo, agora, quem são os culpados dos outros crimes... são estes e outros que esperamos apanhar (MONTEIRO, 2002, p. 249).

Podemos perceber que Monteiro (2002), na fala do feitor, apresenta elementos que corroboram a ideia de que, mesmo não tendo direito à voz em decorrência da condição de

subalternidade em que vivia o negro no Brasil, há em suas atitudes esforços objetivando mudanças que lhe garantissem liberdade.

Os negros do romance de Monteiro (2002) carregam um espírito contestador. Como afirma Fanon (1968, p. 199):

Essas tensões novas presentes em todos os estágios da realidade colonial, repercutem no plano cultural. Na literatura, por exemplo, registra-se relativa superprodução. A produção autóctone, que era imitação menor do dominador, se diferencia e se faz vontade particularizante. Essencialmente consumidora durante o período de opressão, a *intelligentsia* torna-se produtiva.

A narrativa buscou, ao longo de sua trama, restituir a fala do negro e, quando isso não era possível, exaltava a trajetória de homens e mulheres negros escravizados no povoado de São José da Barra do Rio do Negro. Tais marcas nos levam a crer que o autor intencionasse nos legar o que a história oficial tentou apagar, ou seja, as vozes dos subalternos. Outro subalterno foi Pedro – o mestiço apresentado no primeiro bloco – e teve ação relevante para o desenvolvimento da narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viagem nas páginas d'*O Espião do Rei – novela dos tempos coloniais* foi iniciada com as seguintes perguntas: Como o romancista utiliza o fato histórico que permeia a sua obra literária? Qual a linha que separa o ficcional da realidade? Como é que um fato histórico, presente na historiografia do Brasil, se transforma no texto literário de Monteiro? Desta feita, fomos percorrendo as linhas da historiografia nacional e regional, como também as páginas das teorias literárias para obtermos as respostas das perguntas realizadas.

Assim, nesse percurso uma Outra Amazônia se fez presente. Não há apenas a Amazônia das florestas e de índios comumente conhecida; há a Amazônia de trabalhadores e que não estão inseridos na lenda. A lenda que corre o mundo de uma Amazônia retratada de fauna, flora e aborígenes. A Outra Amazônia, revelada na novela de Mário Ypiranga Monteiro, é a Amazônia política que busca uma identidade local, defendendo seus costumes, suas convicções através de árduas brigas desde a chegada dos desbravadores (estrangeiros) até os nacionais.

Mário Ypiranga Monteiro (2002) faz de sua escrita um desenho cuja tela é a Amazônia do século XIX, que estava em sintonia com a ambição de liberdade que irradiava em alguns locais do país. Ao conhecermos a história da Amazônia pelas vozes de Márcio de Souza, Milton Hatoum, Neide Gondim, entre outros, a primeira indagação é respondida e consolidada no primeiro bloco desta dissertação.

Adentrando mais no desenho de Monteiro (2002) por meio das ações, falas e sonhos das personagens, a segunda pergunta é contemplada: a ficção é a realidade da novela. Uma realidade em que somos o Pedro – o mestiço – sendo açoitado e assassino do emissário do rei; somos o Senhor do Carmo e o Cadete Santa Cruz que articulam a chama de liberdade em relação à coroa; somos as “Inácias”, “as Mães Domingas” na luta pela voz e vez das mulheres no período colonial. Essas são as respostas da segunda pergunta, percebidas através de Lukács, Bakhtin, entre outros.

E nesse emaranhado vamos despindo uma colonização injusta para a decolonização quando o mestiço de índio e a negra alforriada ganham voz e se fazem grandes para vencer os opressores, sejam de formas veladas ou explícitas.

Desta maneira, de bloco em bloco, reelaboramos as abordagens entre o real e o ficcional e compreendemos, à luz dos teóricos citados ao longo da dissertação, o

processo de colonização da Amazônia. A Amazônia dos ‘Mários’, dos ‘Márcios’ e das ‘Neides’.

A última pergunta é respondida através da história de vida do escritor. Sempre presente nas discussões locais e um estudioso incansável da história do Brasil, Monteiro fez dos fatos históricos seu mote para desvendar ou revelar acontecimentos locais, deixando o leitor na dúvida se tais episódios estão contemplados na história dita ‘oficial’. E a dúvida é o estímulo para a leitura, pois deixa transparecer as influências e interferências advindas de outros saberes: históricos, geográficos e literários.

As contribuições de Mário Ypiranga Monteiro em escrever uma obra ficcional com cunho histórico são preciosas para que o leitor faça o exercício da dúvida e tente dirimi-las, buscando teorias que possam auxiliar na construção e na descoberta de novas histórias inseridas em um ‘vasto mundo’, para lembrarmo-nos de Carlos Drummond de Andrade.

Ao nomear este estudo com o título *O rei escorpião: entre a realidade e a ficção* pretendi fazer uma homenagem àquele que abriu espaço para a conquista da tão sonhada independência do Brasil. A meu ver, D. João VI, ao deixar o Brasil, deu a ‘picada’ necessária para o fim da dependência portuguesa firmada desde 1500 com Portugal.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Louis & AGASSIZ, Elisabeth. **Viagem ao Brasil – 1865-1866**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- ARISTÓTELES. Poética: tradução Eudoro de Souza. In: _____. **Metafísica: livro 1 e 2; Ética a Nicômaco**; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções de Vincenzo Cocco...[et al.] — São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- ATAÍDE, Vicente. **A narrativa de ficção**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1974.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini...[et al]. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura**: estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2000.
- BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil – Geral e Regional (Amazônia)**. São Paulo: Cultrix, 1966.
- BUENO, Magali Franco. Natureza como representação da Amazônia. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 23, jan./jun. de 2008.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**: espírito da sociedade imperial. V.2. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Negros e Índios sob Suspeita: dimensões da escravidão e do trabalho compulsório no território amazônico (1850-1860). In: **Revista Litteris**. Nº 14 – USP, 2014. Disponível em http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/RL_14_0002___Dossie_Mundo_dos_trabalhos.pdf - Acesso em 24 de maio de 2016.
- CARVALHAL, Tânia. **Literatura Comparada**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: USP, 1993.
- CHARTIER, Roger. **Literatura e História**. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_debate01.pdf. Acesso em 12 fev.2017.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil**: da senzala à abolição. São Paulo: Moderna, 1999.
- COMPAGNON, Antoine. **O Trabalho da Citação**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CORREA, Sílvio M. de Souza. O Negro e a Historiografia Brasileira. In: **Revista Ágora**. Nº 1. Santa Cruz do Sul, 2000.
- COUTO, Mia. **Na berna de nenhuma estrada e outros contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro** – A origem do mito da modernidade. São Paulo: Vozes, 1992.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAGE, Nádia. **As mulheres dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terras; ANPOS, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1666.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT – Comentadas para os Trabalhos Científicos**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

JENNY, Laurent. A Estratégia da Forma. In: DÄLLEMBACH, L. et al. **Poétique: Revista de Teoria e Análise Literárias. Intertextualidades**. N. 27. Coimbra: Almedina, 1979.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da história do Amazonas**. Manaus, Imprensa Oficial, 1978.

LUCÁKS, George. **A teoria do romance** – um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. 2 ed. São Paulo: Duas cidades, Editora 34, 2009.

_____. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina**. Rio de Janeiro: IHGB, 1963.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Editora Cultrix, 1991.

_____. **A criação literária** – prosa. São Paulo: Cultrix, 1986.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O Espião do Rei** – crônica dos tempos coloniais. Manaus: Revista Planície, 1950.

_____. **O Espião do Rei** – novela dos tempos coloniais. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2002.

MOTA NETO, João Colares da. **Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2015.

NABOKOV, Vladimir. **Lições de Literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2015

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada: História, teoria e crítica**. 3 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2015.

- NOVAES, Adauto. **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa de ficção. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org). **Narrativa, ficção e história**. Rio de Janeiro, Imago, 1988, p.9-13.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas (org.) **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Manoel Nunes. A Introdução do Negro na Amazônia. In: **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 1949.
- PEREIRA, Márcia Leila de Castro. **Rios de História: guerra, tempo e espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **La conolialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria de Paula. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- REUTER, Yves. **A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração**. Tradução Mário Pontes. 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.
- RIBEIRO, Rejane de Almeida. **Aspectos dos romances históricos tradicional e pós-moderno**. Scientia FAER, Olímpia-SP, Ano 1, volume 1, 2º Semestre.2009.Disponível em:http://www.f aer.edu.br/revistafaer/artigos/edicao1/7481__rejane_de_almeida_ribeiro%5B1%5D.pdf. Acesso em: 25 jan.2017.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- SAMOYAULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (org). **O Fim do Silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Açai/CNPq, 2011.
- SHÜLER, Donaldo. **Teoria do romance**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- SILVA, Marilene Correa da. A Amazônia Colonial. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. V. 112, 1992. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1992_00112.pdf. Acesso em 26 de maio 2016.
- SOUZA, Márcio. **A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- _____. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.
- SOUZA, Márcio. **Teatro Sem Palavras: pindorama do primeiro século**. In: NOVAES, Adauto (org). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA, Roberto Acízelo. **Teoria da Literatura**. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Trad. Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Margens Míticas**: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 03-31.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004. 290 p

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.

YANOMAMI, Davi Kopenava. **Descobrimos os Brancos**. In: NOVAES, Adauto (org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.